



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XLIII — Nº 76

QUARTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1988

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 37ª SESSÃO, EM 9 DE AGOSTO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 156/88 (nº 292/88, na origem), referente a escolha do Sr. Brian Michael Fraser Neele, Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, para cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Benin.

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 57/88, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que altera a redação do artigo 3º, caput, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com a finalidade de estabelecer correção monetária mensal para seus depósitos.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO MENEZES, como Líder do PFL — Greves no País.

SENADOR JAMIL HADDAD, como Líder do PSB — As alterações no Código Nacional de Trânsito. Obstrução dos trabalhos da Constituinte. Empréstimos estaduais.

SENADOR MAURÍCIO CORRÊA, como Líder do PDT — Indicação do novo Governador do Distrito Federal.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Matérias com votação adiada por falta de quorum

Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1987 (nº 214/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1988 (nº 8.169/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a estrutura das categorias funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário dos serviços auxiliares da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1988 (nº 8.387/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria a 16ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1988 (nº 381/88, na Casa de origem) de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.

Parecer nº 2, de 1988 apresentado pela Comissão Especial, concluindo que não deve ser objeto de deliberação a Denúncia s/ nº, de 1988, do Senhor Deputado Gerson Peres, contra o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence, Procurador-Geral da República.

Requerimento nº 10, de 1988, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, ao Ministério das Comunicações, informações sobre o critério adotado pelo atual Governo para a concessão de canais de rádio e de televisão através daquele Ministério.

Requerimento nº 37, de 1988, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos regimentais, ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações a respeito da Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC, a fim de instruir o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 1982.

Requerimento nº 54, de 1988, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia, através do Gabinete Civil da Presidência da República, a respeito dos contratos firmados entre a Petrobrás e a Texaco do Brasil S.A.

Requerimento nº 96, de 1988, de autoria do Senador Mendes Canale, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro do Interior, através do Gabinete Civil da Presidência da República, a respeito do andamento do "Projeto do Pantanal", que vem sendo implantado pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, com recursos do Banco Mundial, através de contrato lavrado com o Governo brasileiro.

Requerimento nº 102, de 1988, de autoria do Senador Mendes Canale, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro da Fazenda, através do Gabinete Civil da Presidência da República, para instruir as Mensagens nº 124 e 125, de 1988, do Senhor Presidente da República.

Requerimento nº 98, de 1988, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Doutor Mailson Ferreira da Nóbrega, para, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 22, de 1988, prestar esclarecimentos a respeito de assuntos pertinentes à sua pasta.

Requerimento nº 112, de 1988, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Doutor José Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, para, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 22, de 1988, prestar esclarecimentos a respeito de assuntos de interesse daquela comissão.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cz\$ 2.600,00
Exemplar Avulso Cz\$ 16,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

1.3.2 — Matérias que têm a discussão encerrada, com pareceres favoráveis

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1988 (nº 549/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares — FCP, e dá outras providências. Relator Senador Leopoldo Peres.

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1988 (nº 7.183/86, na Casa de origem), que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cria cargos e dá outras providências. Relator Senador Cid Sabóia de Carvalho.

1.3.3 — Matéria com discussão sobrestada:

Projeto de Resolução nº 80, de 1988, de autoria do Senador Ronan Tito e outros senhores senadores, que altera o art. 64 do Regimento Interno do Senado Federal. Por falta de **quorum** para votação do Requerimento nº 113/88.

1.3.4 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Negociação da dívida externa brasileira.

SENADOR MÁRIO MAIA — Uso do "pau-de-arara" para confissões de crimes no Estado do Acre.

SENADOR MARCO MACIEL — A Embrapa, o Nordeste e o Planalçucar.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Homenagem ao Dr. Luciano Vieira.

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO — Enchentes em Alagoas.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Assistência à saúde, é precária no município de Rondon — PR.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — A viagem do Presidente José Sarney à China.

SENADOR NEY MARANHÃO — Entrevista do empresário Ricardo Semler, publicada nas páginas amarelas da revista **Veja**.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Repercussão da criação das Zonas de Processamento de Exportação no Nordeste.

1.3.5 — Comunicações da Presidência

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 89/88, tendo o Senador Jutahy Magalhães e outros, oferecido a Emenda nº 1 de Plenário (substitutivo).

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 90/88.

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, dia 10, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL — Nº 111, de 1988.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 37ª Sessão, em 9 de agosto de 1988

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Dirceu Carneiro

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Áureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor

— Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotonio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Carnata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite

Chaves — Afonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekim — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Do Presidente da República

MENSAGEM

Nº 156, de 1988

(nº 292/88, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Benin, nos termos do art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Embaixador Brian Michael Fraser Neele, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de agosto de 1988. — **José Sarney**

INFORMAÇÃO

CURRÍCULUM VITAE

MINISTRO BRIAN MICHAEL FRASER NEELE
Rio de Janeiro — RJ, 21 de maio de 1941

Filho de George B. Fraser Neele e Ethel Marie Neele

Curso de Desenvolvimento Econômico, Instituto de Estudos Sociais, Haia.

Terceiro-Secretário, concurso, 20 de janeiro de 1964.

Segundo-Secretário, merecimento, 31 de março de 1967.

Primeiro-Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1978.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de junho de 1983.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1966.

Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1974.

Assessor do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1977.

Assessor do Chefe da Divisão do Pessoal, 1977/79.

Chefe da Divisão de Informação Comercial, 1979/83.

Haia, Terceiro-Secretário, 1966.

Haia, Segundo-Secretário, 1967/71.

La Paz, Segundo-Secretário, 1971/72.

La Paz, Primeiro-Secretário, 1973.

La Paz, Encarregado de Negócios, 1971 e 1973.

Londres, Primeiro-Secretário, 1975/77.

Genebra, Cônsul-Geral, 1984/88.

Reunião Especial de Promoção Algodoeira do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Paris, 1964 (assessor).

LXXVIII Sessão da Comissão Diretora do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Washington, 1965 (assessor).

À disposição dos Soberanos Belgas em visita ao Brasil, 1965.

XXV Sessão Plenária do CCIA, Lima 1966 (assessor).

XXVI Sessão Plenária do CCIA, Amsterdã, 1967 (assessor).

LXXXI Reunião do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Haia, 1967 (assessor).

Conferência sobre a Elaboração de Convenção Internacional sobre Apoderamento Lícito de Aeronaves, Haia, 1970 (assessor).

Reunião Especial do Grupo de peritos Financeiros dos países da Bacia do Prata, La Paz, 1972 (delegado).

III Reunião Ordinária de Ministros de Obras Públicas e dos Transportes do "CONO/SUR", Cochabamba, 1972 (delegado).

I Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasil-Chile, Santiago, 1974 (assessor). O Ministro Brian Michael Fraser Neele se encontra nesta data removido do Consulado Geral do Brasil em Genebra para a Embaixada em Lagos onde exercerá a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 1988. — **Sérgio Barbosa Serra**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(A Comissão de Relações Exteriores)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 57, DE 1988

Altera a redação do artigo 3º, caput, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com a finalidade de estabelecer correção monetária mensal para seus depósitos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 3º, caput, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os depósitos efetuados de acordo com o artigo 2º são sujeitos à correção monetária mensal na forma e pelos critérios adotados pelo Sistema Financeiro de Habitação e capitalização juros segundo o disposto no art. 4º"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado com o objetivo de assegurar um patrimônio ao trabalhador, vem sofrendo uma defasagem em relação à sua correção monetária. Inexplicavelmente, enquanto tudo é corrigido mensalmente, inclusive a extinta UPC, que foi substituída no

Sistema Financeiro de Habitação pela OTN, o FGTS permanece como antes, apenas com correção trimestral.

Ora, sabemos que esta sistemática, atualmente, vem correndo o valor real do referido fundo, de vez que não está sujeito à correção monetária mensal.

Diante dessa distorção, que julgamos lesiva ao trabalhador, estamos propondo o presente Projeto de Lei que, segundo nosso entendimento, virá sanar o desgaste que hoje vêm sofrendo as contas vinculadas ao FGTS.

A medida que ora apresentamos não causará qualquer prejuízo ao Sistema Financeiro de Habitação, pois a correção monetária é inerente a qualquer sistema que resida dentro de uma economia num regime inflacionário.

Enfim, e o que é mais importante, uma vez aprovado este Projeto de Lei, o empregado terá assegurado seu patrimônio da maneira mais realista diante da correção de seu valor causada pela inflação.

Desse modo, estamos convictos de sua acolhida e apoio por parte de nossos nobres pares, já que a nossa Proposição visa tão-somente proteger um direito inalienável de milhões de trabalhadores.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1988. — Senador **Francisco Rollemberg**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.107,

DE 13 DE SETEMBRO DE 1966

Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 3º Os depósitos efetuados de acordo com o artigo 2º são sujeitos a correção monetária na forma e pelos critérios adotados pelo Sistema Financeiro de Habitação e capitalizarão juros segundo o disposto no artigo 4º

§ 1º A correção monetária e a capitalização dos juros correrão à conta do Fundo a que se refere o artigo 11.

§ 2º O montante das contas vinculadas decorrentes desta lei é garantido pelo Governo Federal, podendo o Banco Central do Brasil instituir seguro especial para esse fim.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O projeto lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, como Líder do PFL.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"A liberdade jamais significou a licença para fazer qualquer coisa à vontade."

Mahatma Gandhi

Ocupo esta tribuna para abordar um tema que sei dos mais delicados. E tanto o é que várias pessoas aconselharam-me a evitá-lo.

Todavia, a experiência de uma longa vida pública moldou de tal forma a minha consciência que,

mais uma vez, a ela me submeto e, assim fazendo, trago à análise deste Plenário as opiniões que tenho a respeito do direito de greve e do seu exercício pelos trabalhadores em nosso País.

De início, faço questão de deixar bem claro que, sob todos os aspectos, considero o direito de greve de indiscutível legitimidade. Assim, em todos os países democráticos, onde as relações entre capital e trabalho estão em permanente evolução no sentido de se alcançar a harmonia indispensável nos setores de produção, o direito de greve é respeitado como conquista sagrada da classe trabalhadora. E é dessa forma que o vejo.

Aliás, como bem comprovam os Anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, jamais preferi palavra, a respeito da questão, que não fosse para defender os movimentos paredistas, enquanto instrumento eficaz na luta pela garantia de emprego, pela melhoria das condições de trabalho como forma reivindicatória de salários justos. No entanto, não posso concordar como os exageros e com tudo que foi ou possa ter sido feito em desacordo com o especificado na lei.

Durante o período anterior à chamada nova República, a classe trabalhadora sofreu com a adoção de uma política econômica que provocou reflexos negativos nos salários. Mais que isso, viu-se impedida de se manifestar, em virtude de cerceamento das liberdades políticas. Todavia, ao final dos anos setenta, foram os trabalhadores que iniciaram a onda de manifestações pela volta ao estado de direito. De repente, a partir do ABC paulista, região mais industrializada do País, surgiram, em seqüência, os movimentos de diversas categorias profissionais. Com muito mais força e determinação que os Partidos e os políticos, os operários saíram às ruas para revelar sua insatisfação e exigir o respeito aos seus direitos.

A partir de então, aos trabalhadores se juntaram os estudantes, os intelectuais e o próprio povo. Na prática, estava deflagrado o processo de abertura política. Ainda sob a vigência do AI-5, os sindicatos, as organizações estudantis, os artistas, a elite pensante e os Partidos, levaram multidões às praças públicas. Infelizmente, o exemplo daqueles tempos difíceis não bastou aos nossos líderes sindicais. Talvez até por não se darem conta do quanto significou a luta travada contra o arbítrio, não sabem eles, nos dias atuais, como agir na defesa dos interesses das suas categorias sem pôr em risco o bem maior que ajudaram a Nação a conquistar a convivência democrática.

O resultado dessa ação todos nós conhecemos: é o desequilíbrio na vida institucional, social, política e econômica do País. Hoje, é inegável que muitos líderes sindicais abandonaram a política própria dos seus sindicatos e passaram a participar da política de um modo geral, com inequívoca inferência em algumas agremiações partidárias.

Srs. Senadores, o Brasil — e chamo a atenção para isto — nunca conviveu com tantas greves. Em 1985, o primeiro ano do atual Governo, houve 843 greves, com um total de 6 milhões e 635 mil homens/dia parados, segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho. No ano seguinte, 1986, aconteceram 1.494 paralisações, que representaram 32 milhões de homens/dia parados! Mas não ficou nisso: em 1987, os movimentos grevistas foram 2.269 e provocaram o aumento para 59 milhões do total de homens/dia parados, o

que significa um aumento de quase 52% em relação ao ano anterior.

Prestem bem atenção, Srs. Senadores: um total de 59 milhões de homens/dia no ano de 1987. Já pensarão o que representa isso para a estrutura econômico-financeira e social do País? São os dados frios que aí estão, que precisam ser observados.

O que se evidencia de maior gravidade numa análise dos números é a constatação de que, des-ses totais, a categoria que mais paralisou as suas atividades foi a dos servidores públicos. Nos dois anos, de todo o contingente em greve, os servidores foram mais de 50%! E o que é pior, se em 1986 tivemos 17.647.117 homens/dia parados, em 1987 esse número saltou para 30.239.749, ou seja, um aumento de quase 100%!

Vejam bem, Srs. Senadores, o que representa isso na vida da Nação! São 30.239.749 homens/dia parados no ano de 1987 no meio dos servidores públicos. Este número é alarmante, mostra a anarquia administrativa que vai tomando conta de todos os setores.

Ressalto a preocupação das autoridades em não criar obstáculos à consolidação democrática. No entanto, a lei deve ser cumprida, sob pena da impunidade atirar o País na desordem. Se o Poder Público, na condição de patrão, não faz respeitar as determinações legais, também não poderá exigir que os outros o façam. A consequência, mais uma vez, pode ser constatada em números oficiais. Se em 1986 os trabalhadores na indústria atingiram a 5.795.328 homens/dia parados, em 1987 já foram 8.350.273!

Entre os bancários, Srs. Senadores, uma das classes que, dentro da conjuntura social brasileira, não são daquelas que recebem tão mal, são bem aquinhoadas dentro da nossa conjuntura, e, além do mais, têm os melhores serviços médico e social do País, com clubes luxuosos, em 1986 eram 550 mil, mas, em 1987, subiram para quase 2.220.000! No conjunto de várias categorias não especificadas, em 1986, eram 3.200.000, mas, em 1987, chegaram a 15.534.000 homens/dia parados!

Eu pergunto: como pode progredir um País como este? Como se pode exigir uma melhor situação econômica, social e até política, quando temos paralisações de tal monta, desastrosas e inconseqüentes? São os números frios que aqui estão, aos quais muita gente não presta atenção. Vimos, por exemplo, a greve dos funcionários do Banco do Brasil, que durou 8 dias, e acabaram conseguindo o equivalente a dois proventos e VPS, isto é, mais do que tivessem recebido as URP congeladas. Vamos somar o que isso tudo está representando: são as escolas em greve, os professores, os alunos, enfim, todos os setores.

Diante de tal quadro, não posso deixar de cobrar das autoridades governamentais o cumprimento da lei. Caso contrário, muito em breve estaremos numa situação característica daquela em que há o chamado "vazio da autoridade". Não se pede violência, repressão ou cerceamento de liberdades. Exige-se, isto sim, o respeito ao texto frio da lei que, sendo igual para todos, há de ser obedecida como condição indispensável à segurança das instituições e à manutenção da ordem pública.

Não é novidade a motivação política na maioria das greves realizadas nos últimos anos. A CUT e a CGT têm diferenças de ordem ideológica que são bem conhecidas. Seus dirigentes, a despeito de criticarem, quase diariamente, os Partidos políticos como "incapazes de expressar os anseios da classe trabalhadora", estão muito mais empenhados em fortalecer eleitoralmente determinados Partidos do que em conquistar e assegurar os direitos da classe que representam. Abandonam os seus sindicatos, passam a participar da política e dos Partidos políticos, e os direitos dos seus sindicalizados ficam totalmente abandonados. Os sindicalizados passam a ser apenas instrumentos daqueles que querem ganhar o poder.

Tal incoerência, por sinal, me faz lembrar que essas mesmas lideranças, há bem pouco tempo, diziam que os militares deviam voltar aos quartéis e deixar a política para os políticos. Creio ser o momento de dizermos, também, que lugar de sindicalista é nos sindicatos, e aqueles que pretenderem o exercício da atividade política devem deixar as organizações sindicais para dirigentes verdadeiramente empenhados na luta classista e comprometidos com as reivindicações das suas respectivas categorias profissionais.

Por isso, manifesto a minha preocupação com o rumo que as coisas estão tomando. Greves e ameaças de greves passaram a fazer parte do nosso cotidiano. Um dia no IBGE, noutro já é no Banco Central, ontem na Usiminas, na ECT, e no Banco do Brasil, hoje em quase todas as Capitais e amanhã, quem sabe, uma greve geral de seqüências imprevisíveis.

Ao contrário do que ocorreu em 1964, quando uma seqüência de greves administrativas precipitaram a queda do Presidente João Goulart, termo, agora, caso não sejam tomadas urgentes e já tardias providências, a deflagração de uma greve revolucionária que, com certeza, atirá o País numa revolução civil e numa crise institucional sem precedentes na nossa História.

Para tomar ainda maiores as dificuldades do momento, a Constituinte aprovou em primeiro turno o caput do art. 9º, de forma a assegurar o direito de greve como absoluto.

Por entender que há atividades que não se compatibilizam com a greve e cujos integrantes devem dispor de outros mecanismos de pressão, apresentei emenda supressiva à expressão "competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio deles defender".

Por não ser matéria constitucional, a demarcação do limite além do qual a greve pode existir afronta à própria coletividade, bem como a regulamentação dos mecanismos compensatórios para as categorias que não puderam dispor do direito de greve, devem ser adequadamente disciplinadas em lei ordinária.

Neste sentido, aliás, têm-se manifestado alguns renomados juristas e expressivos líderes empresariais. A uns e outros, como bem expressou o Presidente da FIESP, Dr. Mário Amato, "o aperfeiçoamento das relações entre capital e trabalho precisa se dar levando em conta que a palavra chave é a harmonia". Ou, como prevê o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, para quem, a ficar como está, o texto constitucional significa "um convite à anarquia".

Alíás, neste momento de definições para a nossa futura Constituição, convém lembrar o recente exemplo do Senado italiano, que aprovou o projeto de lei, com votação favorável até do Partido Comunista, regulamentando, agora, o direito de greve assegurado pela Constituição de 1947.

Vejam V. Ex^{as} que, com atraso de 41 anos, e assim mesmo porque a Itália também vive momentos de agitação nos meios sindicais, o Senado da Itália decide que trabalhadores em atividades essenciais, públicas ou privadas, têm "direito à greve" mas não o "direito de greve". Pela regulamentação aprovada, três pontos devem ser destacados: 1) a greve não pode ser total em cada setor atingido; 2) os consumidores devem ser avisados com três dias de antecedência; 3) um mínimo de serviço deve ser mantido durante a greve nos hospitais, coleta de lixo, transporte aéreo, pagamento de salários, distribuição de energia, distribuição de água, policiamento de trânsito e até telejornalismo da TV estatal.

Esta situação caótica de desordem que vivemos em todos os quadrantes muito nos aflige. Quando a situação política aprofundar-se no desregramento, depois das eleições municipais, que irão chegar aos níveis mais baixos, e partirmos para as eleições presidenciais, onde candidatos como Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva, ou outros semelhantes, ocuparem as televisões e incendiarem o País, quero saber como ficaremos.

É por isso que — e não estou aqui indicando ninguém como candidato a Presidente da República — pode emergir desta luta a figura de um homem que imponha respeito e venha garantir a vida democrática, venha garantir ao País, sobretudo, um equilíbrio, e a garantia de vida, de trabalho, em todos os setores, e este homem a quem me refiro é o Sr. General Leônidas Pires Gonçalves.

Muito se tem dito a seu respeito. Quero explicar que, quando falo em seu nome, digo que ele surgirá como uma emergência natural da situação atual, pois o povo não mais está suportando a anarquia em que tem de conviver que só não chega ao caos graças a inteligência, a tolerância e a habilidade incontestes do Presidente Sarney.

Para dar mais um acerto a estas nossas afirmativas, temos que pensar no que está acontecendo. Acrescentemos a essa desordem toda que está ocorrendo e mais o seguinte: as novas condições a serem estabelecidas na Constituição, onde tem que haver um equilíbrio justo entre Executivo e Legislativo, porque, com o fortalecimento, com o crescimento do Legislativo, o Poder Executivo, para caminhar, precisa contar com pessoas realmente capacitadas para manter esse convívio, porque se não existir uma ligação perfeita entre o Executivo e o Legislativo, nos termos da Constituição, não sei para onde vamos.

Podemos, ao lado disso, acrescentar o escancaramento das janelas e portas da censura que a Constituinte está garantindo. Está aberta, todo mundo vai ter sua vida escancarada, não haverá respeito à família, à dignidade de ninguém, e tudo isso será garantido pela Constituição que se pretende votar.

A divisão de renda tributária se esbagaça, pois se divide em todos os setores, dividindo parte para o Governo Federal, parte para os Estados, parte para os municípios. Isso tudo precisa ser

examinado, do contrário entraremos numa desordem total e profunda, e não sei aonde iremos parar. Temos na Constituição o direito de greve sem limites, que pode ser usado em todos os postos e em todos os momentos. Não há uma norma, não há uma fronteira que estabeleça essas regras. Aonde vamos parar, quando este País entrar numa paralisação geral? Como regulamentar as greves em todos os setores, se não temos uma lei sequer que estabeleça seus rumos? Ainda por cima, teremos as eleições municipais. Serão disputas terríveis, porque não vai ser uma disputa partidária, vai ser uma luta de interesses individuais, de manutenção do poder, debaixo de falsos princípios ideológicos. Para agravar tudo isso, temos em andamento a deflagração do movimento sucessório para a Presidência da República. As forças ditas populares, como as de Brizola e Lula, se não encontrarem concorrente à altura e que possa enfrentá-los, poderão levar o País para o caos. Desta forma, considero de extrema necessidade o surgimento de um nome que conquiste a confiança das classes conservadoras, das classes desenvolvimentistas, da classe rural e da classe média, porque, se assim não for, para onde marchará esta Nação? Daí o povo passar a exigir a figura democrática e respeitosa do General Leônidas Pires Gonçalves.

Vemos hoje um fato dos mais graves: nos jornais — e até não sei se posso dar cunho de verdade —, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que é também Ministro do Supremo Tribunal Federal, fazer críticas contundentes contra a Constituição que se está votando. É fato da maior gravidade, porque é a maior autoridade judiciária que está falando, que está indo para o jornal e TV, que está incriminando a Constituição que se está elaborando dos defeitos mais terríveis.

O SR. PRESIDENTE — (Dirceu Carneiro. Fazendo soar a campainha.) Peço ao ilustre orador que encerre o seu pronunciamento, visto que seu tempo já está esgotado.

O SR. JOÃO MENEZES — Sr. Presidente, encerrarei já. Agradeço a V. Ex^a

Caso contrário, se não tomarmos uma providência sensata, se os homens de responsabilidade não botarem os pés no chão, não se lembrarem que este País precisa de paz, de ordem, de tranquilidade, para onde iremos? Lembrem-se! O povo não quer a desordem. Caso contrário, tudo poderá ir água abaixo e, aí, para enfrentar as ameaças de anarquia, de golpes ou da falta de garantias, poderá emergir o homem que represente a ordem, a manutenção democrática e a confiança na estabilidade do País e no seu profícuo relacionamento com outros povos.

Para finalizar, no meu entender, o homem que encarna estas características, repito, é o General Leônidas Pires Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, como Líder do PSB.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago à Casa a comunicação, cuja leitura farei, de que estou dando entrada a um documento, junto à Procuradoria Geral da República, contra ato do

Senhor Presidente da República, que mediante decreto-lei, modificou dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1976, do Código Nacional de Trânsito, aprovado através de lei, e que Sua Excelência agora, arbitrariamente, inconstitucionalmente, através de um decreto-lei, repito, revoga vários dispositivos e modifica outros da supracitada lei.

O documento, Sr. Presidente, tem o seguinte teor:

Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador-Geral da República

Jamil Haddad, Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro e Presidente do Partido Socialista Brasileiro, vem, pelo presente, expor a Vossa Excelência o que a seguir deduz.

O **Diário Oficial** de 22 de julho último estampou o estranhíssimo Decreto-Lei de nº 2.248, introduzindo alterações na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito) — Documento Anexo.

O ato, a par de configurar incriminável abuso por parte do Chefe do Poder Executivo, reveste-se de indistigável inconstitucionalidade.

Medida excepcional, o decreto-lei está circunscrito às matérias especificadas claramente nos três incisos do art. 55 da Constituição: segurança nacional; finanças públicas, inclusive normas tributárias; criação de cargos públicos e fixação de vencimentos. A essas limitações, a Lei Maior associa outra, concorrente, a necessidade de atender aos pressupostos de "urgência" e "interesse público relevante".

No caso, a norma atingida — o art. 107 do Código Nacional de Trânsito — não diz respeito a qualquer dos temas sobre os quais é permitida a expedição de legislação excepcional, pois cuida, tão-só, dos limites entre os quais as multas podem ser fixadas, fixação essa de competência de um determinado Conselho com o assessoramento dos órgãos estaduais de sua órbita.

O que se viu foi o predomínio, puro e simples, do arbítrio com a usurpação de faculdade típica e exclusiva do Legislativo. A Constituição traça o conteúdo material indispensável do decreto-lei. Se o editor deste foge de tal disciplina, é evidente que atinge a harmonia da ordem jurídica.

Para Linares Quintana, no seu **Tratado de la Ciencia del Derecho Constitucional** (volume I, pág. 261), os decretos-leis representam um dos sintomas da crise jurídica que se observa nos últimos tempos e que o eminente George Ripert classificou como "o declínio do direito".

Há, ainda, a observar os pressupostos da "urgência" e do "interesse público relevante".

Nenhum dos dois foi considerado. Qual a justificativa de urgência ou de relevante interesse público para a alteração de valores de multa através de decreto-lei e não pela via legislativa-congressual constitucional?

A Constituição, no § 2º do seu art. 51, já admitiu que o Presidente da República submetta ao Congresso, para apreciação em ses-

são conjunta das duas Casas, no prazo de 40 dias, projeto de lei reputado urgente. Daí, *forçou-se* concluir que a urgência em que se ampara o decreto-lei é de outra natureza — só existe quando a medida nele *pleiteada* for passível de se tomar inútil ou ineficaz dentro daquele período.

Mais ainda: se a urgência se acha inscrita no texto da Lei Básica como exigência, ela há de ser entendida juridicamente e não do ponto de vista meramente político. Idêntico raciocínio é de aplicar-se ao conceito da relevância do interesse público. Tanto a "urgência" quanto o "interesse público" não de impor-se objetivamente, por si mesmos; não se admite a justificativa pela subjetividade.

Em verdade, nenhum intérprete, por mais tendencioso que se apresente, pode abonar o entendimento de haver urgência e interesse público na alteração dos critérios estatuídos no art. 107 do Código Nacional de Trânsito, na forma imposta pelo ato ora atacado.

Do conhecimento geral que o Congresso voltaria a funcionar a 1º de agosto, bem poucos dias em seguida à edição mencionada.

Nestas condições, é o presente para requerer se digne Vossa Excelência de submeter ao Colendo Supremo Tribunal Federal arguição de inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 2.248, de 22 de julho de 1988, editado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Nestes Termos

P.D.

Brasília, 9 de agosto de 1988. — **Jamil Haddad**.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Exª um aparte, Senador Jamil Haddad?

O SR. JAMIL HADDAD — Com o maior prazer, ouço V. Exª, Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves — O Senado congratula-se com V. Exª por essa atitude de zelo das esferas de competência de Poderes. Mas, nesta parte o Presidente é inatacável. Ele atuou em razão de fatores instantes de alta relevância. Sabe V. Exª que, nesta parte, os índices de acidentes de trânsito têm alcançado proporções inconcebíveis. E mais: é uma lei que todos infringem, em que até mesmo disposições racionais não são atendidas. Veja V. Exª que até bem recentemente o próprio Prefeito Jânio Quadros, ultrapassando todos os limites de sua autoridade, estabeleceu regras para evitar situações de calamidade. Então, este Congresso precisa, futuramente, elaborar uma lei até mais completa e unificada sobre trânsito, porque é um setor indisciplinado, sem respeito algum ao interesse coletivo. Lembro-me que na época do Presidente Costa e Silva baixou-se um decreto determinando que a autoridade policial, em caso de acidente nas vias e artérias principais, em que houvesse transtorno para o tráfego, retirasse os carros colidentes, assinalando-se as suas posições no asfalto. Mesmo esse dispositivo ninguém cumpre, e é um decreto totalmente ignorado. Concordo em que V. Exª está sendo zeloso das nossas esferas, das delimitações constitucionais, mas creio que neste caso, o Presidente da República não ultrapassou os limites, a meu ver, o próprio decreto tem, também, a assinatura do

Ministro da Justiça, Senador Paulo Brossard, um homem muito zeloso da coexistência e da harmonia dos Poderes.

O SR. JAMIL HADDAD — Senador Leite Chaves, causa-me espécie V. Exª, jurista, fazer esta defesa neste momento. V. Exª diz que as leis não são cumpridas. Num regime democrático pleno, as leis não de ser cumpridas e cada Poder há de ter a sua autonomia para deliberar de acordo com o que a lei preceitua. Sabemos que um dos grandes motivos pelos quais o Senhor Presidente da República foi para a televisão fazer críticas ferinas à Assembléia Nacional Constituinte foi o fato de a nova Constituição estar revogando os decretos-leis que não forem aprovados até à data da promulgação da nova Constituição. Esta é uma arma que vem da época da ditadura, usada pelos ditadores e que, num regime democrático pleno, não pode ser admitida.

Conheço profundamente este assunto, porque trabalhei como ortopedista, anos e anos, em setores de acidentes de trabalho, em setores de atendimento aos acidentados em trânsito, e sei da necessidade de uma modificação profunda na legislação a respeito do problema relacionado ao trânsito neste País. Há necessidade de um estudo profundo, não apenas modificando o valor das multas através de um decreto-lei inconstitucional, revogando dispositivo legal de uma lei. Só assim iremos encontrar solução para os graves problemas de um aumento gradual, progressivo e altamente perigoso, dos acidentes de trânsito na nossa Pátria.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, todos aqui pretendemos o regime democrático pleno. E este regime só o teremos a partir do momento em que sejam devolvidas ao Poder Legislativo prerrogativas para legislar.

Somos um Poder Legislativo. E, se o somos, aqui estamos para legislar. A partir do momento em que não nos é permitido legislar, porque o Senhor Presidente da República, através de decretos-leis, impõe a sua vontade, como tenho colocado várias vezes, estaremos aqui como se estivéssemos num clube de tertúlias, fazendo orações, pregação, discutindo o sexo dos anjos, e não tendo, na realidade, o direito de legislar sobre matéria de grande interesse para o nosso País.

Sr. Presidente, aproveito ainda estes poucos minutos que me restam para deixar bem claro, perante a Nação, que esta manobra obstrucionista na Assembléia Nacional Constituinte parte de setores interessados em não ver promulgada, ainda este ano, a nova Constituição. Primeiro, um grupo que não está interessado na votação em dois turnos, que está configurado dentro do texto constitucional; segundo, pessoas que não estão interessadas que entrem em vigor dispositivos mínimos de avanço no campo social que ali se encontram. Outros, ainda, principalmente por parte do Governo, que não têm interesse na autonomia de os Estados e Municípios gerirem suas finanças. Quebrem que os prefeitos e governadores venham a Brasília, de pires na mão, implorar, solicitar, reiteradamente, verbas para poderem concluir obras, mais do que necessárias, nos seus Estados e Municípios. Aqueles que caíram em desgraça perante o Senhor Presidente da República voltam sem o dinheiro e sem o pires, levam, até o pires, como é o caso do Governador Waldir Pires — coinciden-

temente estou falando em pires —, que não consegue que nenhuma mensagem relacionada com os interesses da população baiana seja encaminhada a esta Casa. Temos exemplos de vários outros Estados, porque, se não houver o beijamão ao Senhor Presidente da República, as mensagens relacionadas a esses interesses financeiros são jogadas para as calendas.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com prazer, nobre Senador.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI (Nobre Senador Jamil Haddad, a Bahia receberá o mesmo tratamento de Mato Grosso e Rio de Janeiro, e o mesmo vai acontecer com outros Estados, pois há uma portaria do Conselho Monetário Nacional que impede qualquer processo de empréstimo a qualquer Estado ou a qualquer município que esteja inadimplente com a Caixa Econômica Federal. Este é o caso de vários Estados — não é só a Bahia — que está em entendimento para fazer uma reformulação, uma composição das suas dívidas, a fim de saírem da inadimplência, para que seus processos possam ter curso normal. Não há dúvida de que o Governo está agilizando os processos de todos os Estados. A situação de alguns Estados é insolúvel, como é o caso do meu Estado de Mato Grosso do Sul, de São Paulo e outros. Alagoas apresentou uma proposta de recomposição do seu débito, para que os seus processos possam ter continuidade. Muito grato a V. Exª

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, há um ditado que é muito usado: "Aos amigos tudo, aos inimigos a lei." Esta é a prática do atual Governo: aos amigos tudo. A Sunamam sofreu um rombo de cem milhões de dólares.

O Sr. Ministro veio aqui e disse que achou corretíssimo, e é o segundo rombo nessa superintendência. Empréstimo de cento e tantos milhões de dólares, porque seu Presidente é amigo do rei. Em contrapartida, congela-se a URP do funcionalismo por dois meses, para diminuir o déficit interno. A Transbrasil recebeu cento e poucos milhões de dólares. É amigo do rei. No entanto, a população continua sem saúde, sem educação, sem escolas. São essas coisas que nos deixam, na realidade, contristados.

O pior, nobre Senador — sei que V. Exª acompanhou de perto o trabalho que o nobre Senador Nelson Carneiro e eu fizemos aqui, para conseguirmos verbas para a cidade do Rio de Janeiro, em razão da enchente que ali ceifou vidas e da necessidade de se fazer contenção de encostas, para que novas vidas não se percam; o pior é que aprovamos há 45 dias essa mensagem e até hoje não foi concedido o empréstimo ao Município do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Lembro ao ilustre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Presidente, vou encerrar o meu discurso.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte, antes de encerrar o seu discurso?

O SR. JAMIL HADDAD — Não adiantou a aprovação. Veio a mensagem do Executivo; o Senado, como lhe confere o Estatuto legal, aprovou aquele crédito e, pura e simplesmente, até hoje, o crédito não foi dado ao Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, que não pode fazer as obras necessárias. Se novas chuvas de verão vierem, mais vidas serão ceifadas, e o culpado será aquele que não liberou as verbas para a contenção de encostas nas 430 favelas do Rio de Janeiro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Se o Presidente o permitir, com grande satisfação concederei o aparte a V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — Informo a V. Exª que o Governador do Estado da Bahia, por várias vezes, através de seu Secretário, já procurou uma solução para essa questão dos débitos com a Caixa Econômica. Sabemos que quase todos os Estados, senão todos os Estados, tiveram suas dívidas roladas de acordo com o interesse do Governo Federal em atender aos governadores. Na Bahia, apesar da busca de solução, nada é feito para encontrar essa solução. A barragem do rio Joanes está ameaçada de rompimento, por falta de recursos, que sempre foram enviados pela Caixa Econômica para os serviços de saneamento, serviços de água e esgoto. Na Administração do Governador Waldir Pires nada foi transfeito da parte do Governo Federal para essa área e não há da parte do Governo Federal nenhuma sensibilidade no sentido de transferências de recursos. A Bahia fará essa obra com recursos próprios. Vamos deixar de construir escolas, postos de saúde, para atender a essa necessidade premente. O Governo Federal, mais uma vez, comete um ato de retaliação contra o Governo do Estado da Bahia. Este é o Governo que infelizmente temos à frente do Poder Público da União. É um Governo mesquinho, que não dá atenção ao interesse público, só dá atenção aos seus amigos, companheiros e correligionários, dentro daqueles interesses fisiológicos.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi V. Exª está sendo totalmente injusto com o Governo.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, desculpe-me, mas o tempo não me permite conceder-lhe o aparte. V. Exª entrou no meu discurso, quando existem outros pedidos de aparte.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Perdoe-me, nobre Senador, peço apenas um minuto. O Senador Jutahy Magalhães, está sendo completamente injusto. Se os outros Estados estão regularizando a sua situação, estão pagando, estão saindo da inadimplência, por que só a Bahia não quer fazê-lo? Porque, então, não lhe interessa receber ajuda.

O Sr. Jutahy Magalhães — Devo dizer que a Bahia quer sair da inadimplência. Já procurou várias vezes os órgãos competentes, e esses não atendem nosso Estado.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Jamil Haddad?

O SR. JAMIL HADDAD — Ouço V. Exª com muita satisfação, Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Estou atento ao pronunciamento de V. Exª no que concerne à questão da nossa Constituição. Estou de pleno acordo com a denúncia que acaba de fazer quanto à demora, ao atraso, no segundo turno, de votações importantes, impedindo, assim, assinemos, o mais rápido possível, a nova Constituição. Muitas pessoas dizem que o regime democrático é ruim. Até hoje, porém, ninguém encontrou regime melhor do que o democrático, apesar de seus defeitos. Aqueles que estão sabotando e atrasando as votações da Constituinte querem justamente que a nova Constituição não seja promulgada a tempo. Isto é muito ruim para o Brasil e para todos nós. Estou de pleno acordo com o pronunciamento de V. Exª e o parabeno por este alerta.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Ney Maranhão, eu vinha falando sobre a dificuldade para se conseguir os créditos aprovados, inclusive, por esta Casa. Mais pressa há para fazerem os acordos da dívida externa, para continuarmos pagando 1 bilhão e 200 milhões de dólares dessa dívida que já está mais do que paga. E vimos ontem, satisfeíssimo perante as câmaras de televisão, o Sr. Mailson da Nóbrega dizer que conseguimos, num tempo recorde, o acordo com todos os bancos credores e que vamos saldar rapidamente a nossa dívida. O que existe na prática é a tal moratória — falência que chamo, não moratória, porque, quando se tem o dinheiro para pagar e não se paga em dificuldades, é uma moratória, e quando não se tem o dinheiro é falência. E não havia dinheiro para pagar os juros. Fez-se a tal falência-moratória. Revogou-se, anulou-se e já se pagou todo o atrasado, já se pagou adiantado. Conseguiram, com esforço brutal, com várias viagens ao exterior, 500 milhões de dólares, que representam metade do que pagamos por mês de juros. E cada vez aumenta mais o principal, que já está em 127 bilhões.

Para isso eles têm pressa. Entretanto, para o problema social sério, grave, para a dificuldade institucional, séria e grave, que existe no País, não há pressa. Que morram mais crianças de fome no Nordeste, que o índice de mortalidade infantil cresça, que haja uma geração de nanicos no Nordeste em razão da fome, da falta de calorias, da falta de sais minerais, da falta de alimentação rica em proteínas.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro. Fazendo soar a campainha.) — A Presidência comunica ao orador que o tempo de V. Exª já ultrapassou em muito.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Presidente, V. Exª tem toda a razão em fazer a sua admoestação, mas eu não poderia encerrar o meu discurso sem antes ouvir o aparte de meu magister dixit, Professor Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senador, serei breve, inclusive para cumprir o Regimento. V. Exª está focalizando um assunto da maior gravidade. O Estado do Rio de Janeiro teve aprovado aqui, neste plenário, crédito para a Prefeitura, no sentido de atender às necessidades urgentes, inclusive aquelas decorrentes das grandes enchentes que abalaram a capital do referido Estado.

No entanto, até hoje esses créditos não foram liberados. Isto repercute não contra o Prefeito, que, aliás, está-se despedindo, porque o prazo de S. Exª termina no dia 31 de dezembro, e sim sobre a população mais pobre, aquela população das favelas, a população dos bairros humildes. De modo que o apelo de V. Exª tem toda procedência. Espero que o Governo o atenda, porque não pode demorar mais esse crédito à Prefeitura do antigo Distrito Federal, hoje Município do Rio de Janeiro, pois não é uma ação contra o Prefeito. Aliás, não acredito que o Presidente tenha algum propósito de criar dificuldades pessoais ao Prefeito Saturnino Braga, cuja posição é, notoriamente, de independência no quadro político nacional. Acredito que Sua Excelência não tinha atentado ainda para a gravidade do problema. A advertência de V. Exª, Senador Jamil Haddad, é da maior oportunidade, porque convoca o Presidente da República a liberar, desde logo, esses créditos que são indispensáveis à população humilde do Rio de Janeiro.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Nelson Carneiro, V. Exª, que lutou pela aprovação do empréstimo, neste momento luta, também, pela sua liberação.

Os Srs. Senadores sabem que, apesar de eu ter rompido com o Governador Leonel Brizola, quando S. Exª estava à frente do Governo do Estado, fui daqueles que mais lutou nesta Casa para conseguir créditos para o Estado do Rio de Janeiro, porque não sou Senador, como o Senador Nelson Carneiro também não é, de um Governador ou de um Prefeito. Somos Senadores do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

O Sr. João Menezes — Permite V. Exª um rápido aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Se o Sr. Presidente concordar, ouvirei o nobre Senador com a maior satisfação. Já fui admoestado, diversas vezes, por S. Exª

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — É o Regimento que deve ser respeitado.

O Sr. João Menezes — O pronunciamento de V. Exª, Senador Jamil Haddad, procede. O Rio de Janeiro, que era a mais bela cidade deste País — à época do Governador Negrão de Lima, sofreu terrível catástrofe nos primeiros dias de seu Governo: enchentes, morros caindo, uma calamidade pública! Essa cidade tem vivido sempre essa situação, hoje agravada com o problema da falta de segurança, que está chegando a um ponto insuportável. V. Exª tem toda razão quando pede verbas para seu Estado. Só quero contrapor-me aqui ao meu ilustre amigo e Senador Jutahy Magalhães, quando S. Exª fala em retaliação. Não há retaliação em relação a ninguém, há dificuldades de ordem econômico-financeira. O meu Estado, o Pará — Estado pequeno — está com um projeto engatado e não sai o financiamento. Uma coisa mínima. Ele não conseguiu. Não há retaliação, mas, sim, dificuldades naturais. V. Exª faz bem em falar, porque "água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Continue a luta, nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador João Menezes, V. Exª citou também aquela enchente de graves conseqüências no Governo Ne-

grão de Lima, porém havia uma diferença: à época do Governador Negrão de Lima, era o antigo Estado da Guanabara, o segundo Estado de arrecadação de ICM do País. Os três Governadores que lá estiveram, Sr. Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas, como Governadores de Estado, tiveram condições de realizar obras necessárias àquele Estado. Hoje, a bela cidade do Rio de Janeiro, outrora Capital do País, Distrito Federal, agora Capital do Estado, é um Município e vive de ISS e IPTU. Não há como se gerir aquele Município apenas com a arrecadação de ISS e IPTU, com 430 favelas e 1/3 da população, cerca de dois milhões de habitantes favelados.

Deixo aqui, mas uma vez, o apelo às autoridades federais, para que liberem as verbas para o Município do Rio de Janeiro, porque, se outra chuva violenta ou outro temporal ocorrer, estaremos aqui, mais uma vez, infelizmente, chorando a morte de pessoas queridas, de pessoas carentes nas favelas do Rio de Janeiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa, como Líder do PDT.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O texto vigente da Constituição brasileira assegura ao Presidente da República a indicação do nome do Governador do Distrito Federal, sendo essa escolha submetida à apreciação do Senado Federal. Estamos agora diante de uma realidade. O Presidente da República exonerou o Governador José Aparecido e o nomeou para o Ministério da Cultura, e deverá, brevemente, submeter à apreciação desta Casa o nome do futuro Governador.

Gostaria de, rapidamente, tecer algumas considerações a respeito.

Certa feita, indagaram ao Presidente John Kennedy por que queira ser Presidente dos Estados Unidos, ao que respondeu que queria ser Presidente dos Estados Unidos porque já na Casa Branca estava a ação. Evidentemente, todos nós nos batemos aqui com as nossas argumentações, com as nossas palavras, com os nossos protestos, mas é o Poder Executivo que planifica, que administra. Por isso, é de suma importância que o nome escolhido reflita, pelo menos, a compatibilização dos anseios da população sofrida com aquilo que efetivamente o Governo pode fazer, ainda que esteja atravessando crises, uma atrás da outra, como estamos presenciando.

Deixo bem claro que o ideal seria que o Governador fosse eleito, mas estamos diante de um fato que decorre do texto constitucional que assegura ao Presidente da República a competência, a legitimidade para a indicação desse nome.

Cumpra-me, neste instante, chamar a atenção dos nobres Pares para a alta responsabilidade que o Senado Federal tem como órgão fiscalizador, como órgão aprovador de nomes e de atos do Poder Executivo. Tivemos, neste Governo do Presidente José Sarney, a primeira indicação do Governador José Aparecido. Manifestei, ao longo de sua Administração, uma oposição responsável e séria. Agora, depois que o seu Governo é posto a nu, estamos verificando o estado caótico em que se encontra o Distrito Federal. Não há um

plano de saúde; não há um plano relativo à educação; o nosso transporte se encontra em situação lamentável; há uma carência incrível de habitação em Brasília. É prudente, portanto, que nós, que somos oposição nesta Casa, ao recebermos a indicação do Presidente da República, nos portemos como representantes do povo do Brasil, que têm a alta função de examinar com parcência o nome que for submetido ao Senado Federal.

Presenciamos, no final deste Governo de Brasília, um gesto inusitado: a derrubada injusta de centenas de barracos de miseráveis que moram na periferia. Tal fato provocou um mandado de segurança, impetrado pela Seccional da Ordem dos Advogados de Brasília, e foi concedida a liminar pela Justiça da Capital, proibindo que o Governador continuasse, potestativamente, a derrubada dos barracos desses humildes favelados. Posteriormente, o Tribunal de Justiça, através de seu Presidente, revogou essa liminar e o Supremo Tribunal Federal restaurou a liminar concedida pelo Juiz de 1º grau, de tal modo que as demolições estão suspensas.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o nome que for indicado ao Senado seja submetido a uma sabatina, seja avaliado por nós com muita reflexão, para sentirmos o que será possível ainda realizar em benefício de um povo que se encontra inteiramente abandonado, esquecido, omitido pelo poder.

Este, o apelo que faço aos Senadores, no sentido de que, ao receberem e examinarem o nome do futuro Governador, atentem para a alta responsabilidade do Senado como órgão que vai aprovar o nome do futuro Governador. É o apelo sincero que faço neste instante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores, no plenário, no entanto, não há número para deliberação.

Em consequência, as matérias constantes dos itens 1 a 12, em fase de votação, ficam adiadas para outra oportunidade.

SÃO OS SEGUINTE OS ITENS CUJA VOTAÇÃO É ADIADA:

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1987 (nº 214/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1988 (nº 8.169/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a estrutura das categorias funcionais do Grupo-Atividades de Apoio

Judiciário dos serviços auxiliares da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1988 (nº 8.387/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria a 16ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1988 (nº 381/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

5

Votação, em turno único, do Parecer nº 2, de 1988, apresentado pela Comissão Especial, concluindo que não deve ser objeto de deliberação a Denúncia s/nº, de 1988, do Senhor Deputado Gerson Peres, contra o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence, Procurador-Geral da República.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 1988, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, ao Ministério das Comunicações, informações sobre o critério adotado pelo atual Governo para a concessão de canais de rádio e de televisão através daquele Ministério.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 37, de 1988, de autoria do Senador Iltamar Franco, solicitando, nos termos regimentais, ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações a respeito da Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC, a fim de instruir o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 1982.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 54, de 1988, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia, através do Gabinete Civil da Presidência da República, a respeito dos contratos firmados entre a Petrobrás e a Texaco do Brasil S.A.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 96, de 1988, de autoria do Senador Mendes Canale, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro do Interior, através do Gabinete Civil da Presidência da República, a respeito do andamento do "Projeto do Pantanal", que vem sendo implantado pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, com recursos do Banco Mundial, através de contrato lavrado com o Governo brasileiro.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 102, de 1988, de autoria do Senador Mendes Canale, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro da Fazenda, através do Gabinete Civil da Presidência da República, para instruir as Mensagens nºs 124 e 125, de 1988, do Senhor Presidente da República.

11

Votação, em turno único, do Requerimento nº 98, de 1988, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Doutor Mailson Ferreira da Nóbrega, para, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 22, de 1988, prestar esclarecimentos a respeito de assuntos pertinentes à sua Pasta.

12

Votação, em turno único, do Requerimento nº 112, de 1988, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Doutor José Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, para perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 22 de 1988, prestar esclarecimentos a respeito de assuntos de interesse daquela comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se ao Item 13:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1988 (nº 549/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares — FCP, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designa o eminente Senador Leopoldo Peres para emitir parecer sobre a matéria.

O SR. LEOPOLDO PERES (PMDB — AM. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos termos do art. 51 da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha à consideração do Congresso Nacional, com a Mensagem nº 131, de 1988, Projeto de Lei que cria a Fundação Cultural Palmares, entidade que terá por missão promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes de influência negra na formação da sociedade brasileira.

Acompanha a Mensagem Presidencial, Exposição de Motivos do Ministério da Cultura, que, evidenciando a data histórica do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, considera chegado o momento de coordenar as iniciativas, ações, eventos e realizações que visem à ascensão cultural, social, econômica e política do negro no País e estimular atividades destinadas a desmistificar o preconceito racial.

Esse preconceito — maneira eufêmica de evitar a expressão "racismo" — começa talvez pela negação do papel desempenhado pelo negro em nossa formação histórica.

As elites brasileiras sempre recusaram ao povo qualquer participação nas transformações havi-

das em nosso País. As mudanças acontecem em função de pactos firmados por grupos, a exemplo da Independência e da República, como se o povo fosse o objeto e não o agente do processo. Talvez por isso sejamos tão pouco independentes e tão pouco republicanos.

Mas, no caso do negro, esse desprezo pela participação popular na construção da nacionalidade chega à ocultação de acontecimentos pela história oficial. O nome da Fundação Palmares evoca um quilombo formado por mais de 20 mil pessoas que durante 70 anos resistiu às investidas de 16 expedições armadas para destruí-lo. Pela sua dimensão, Palmares não pôde ser escondido; foi minimizado.

Entretanto, Palmares foi apenas um, entre centenas de quilombos que se constituíram neste País desde o início dos anos 1600 até maio de 1988, pois no dia da Abolição ainda havia luta no quilombo de Cubatão, nas proximidades de Santos. A Balaiada, do Maranhão, foi um movimento que envolveu milhares e milhares de negros, e só nos últimos anos começou a ser estudado com maior cuidado. E quem se lembra da grande insurreição de 1835, em Salvador?

As lutas dos negros pela liberdade, ao longo de dois séculos e meio, são parte — e talvez a parte mais importante — do processo de formação da sociedade brasileira naquele período. No entanto, nossa democracia racial, que só existe na fachada, jamais cuidou de resgatar a memória desses movimentos.

Agora, a Fundação Cultural Palmares poderá fazê-lo. Acreditamos serem desnecessárias quaisquer outras considerações de apoio a essa iniciativa e, com nosso aplauso e louvor, opinamos pela aprovação do Projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria dar-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 14:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1988 (nº 7.183/86, na Casa de origem), que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cria cargos e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designa o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho para emitir parecer sobre o projeto.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, originário do Poder Judiciário, vem a esta Casa, para exame, após ter sido aprovado na Câmara dos Deputados, o presente projeto de lei, que "altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cria cargos e dá outras providências".

Neste sentido, é proposto passe o referido Tribunal a se compor de 12 (doze) juizes, sendo 8 (oito) togados, vitalícios, e 4 (quatro) classistas,

temporários, havendo um suplente para cada juiz classista, o que implica a criação de 1 (um) cargo de juiz togado e 2 (duas) funções de juiz classista, sendo uma para representação dos empregadores e outra para representação dos empregados. Está prevista a criação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal, de 5 (cinco) cargos em comissão, sendo 3 (três) de assessor do juiz e 2 (dois) de secretário de Turma, código TRT 8º-DAS-102, sendo os cargos de assessor de juiz preenchidos por livre indicação do juiz, entre bacharéis em Direito, na forma prevista no § 2º do art. 97 da Constituição Federal em vigor.

No Quadro Permanente da referida Secretaria, é proposta a criação de 5 (cinco) cargos de técnico judiciário, 3 (três) cargos de auxiliar-judiciário, 3 (três) cargos de agente de segurança judiciária e 3 (três) cargos de atendente judiciário.

O Tribunal Superior do Trabalho, por seu presidente, argumenta que a alteração no número de juizes com que passará a contar o TRT, 8ª Região, deve-se ao aumento de processos que se vem verificando naquela Regional, além de achar-se em tramitação projeto que cria 9 (nove) Juntas de Conciliação e Julgamento a ela destinadas, o que transformará o atual número de 12 (doze) para 21 (vinte e uma) Juntas de Conciliação e Julgamento na Jurisdição do Estado do Pará e no Território Federal do Amapá. Como decorrência, segundo ainda o argumento do eminente presidente, impõe-se a criação dos cargos administrativos que são propostos.

Assim, seria imprescindível a ampliação da composição do citado Tribunal e a correspondente criação de cargos de apoio, cujo provimento é necessário para a devida eficácia da ampliação pretendida.

No que tange ao aspecto financeiro da proposição, esta prevê corretamente a fonte de custeio dos dispêndios relativos às providências pleiteadas. Não se pode deixar de reconhecer o mérito da proposição, a qual, por outro lado, não discrepa das exigências de natureza constitucional e jurídica, harmonizando-se, por outro lado, com os ditames de boa técnica legislativa.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria dar-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 15:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1988, de autoria do Senador Roman Tito e outros senhores senadores, que altera o art. 64 do Regimento Interno do Senado Federal (dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e Diretora).

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO nº 113, de 1988

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 80, de 1988, pelo prazo de 30 dias.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1988. —
Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Não havendo **quorum** para a votação, a discussão da matéria do item 15 ficará sobrestada até a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A renegociação da dívida externa brasileira com cerca de 700 bancos privados credores, no valor de US\$ 63,6 bilhões, tem provocado viva controvérsia entre nós. No dia 24 de junho passado, o ilustre Senador Ruy Bacelar, em criterioso pronunciamento reverberava sua indignação a mais este ignominioso retrocesso da Nova República, denunciando com veemência os termos do documento intitulado "Modernização e Ajustamento — 88", de autoria do Ministério da Fazenda, o qual antecipou os termos do protocolo firmado com os credores internacionais. Em resposta, tive uma oportunidade de assistir a uma simples, mas não menos criteriosa exposição do Senador Jarbas Passarinho, que embora não sendo do Governo, nem da coligação de partidos que o apóia, externou sua opinião favorável ao acordo que repõe o Brasil no circuito financeiro internacional. Importa o discurso do Senador Passarinho pela experiência que traz, como Membro do Governo durante a dura crise do começo da década, no bojo da primeira negociação a que fomos conduzidos com o Fundo Monetário Internacional. Outros oradores enriqueceram o debate, trazendo a esta Casa, ora, seu aplauso, ora seu desencanto com o acordo.

Em todos estes pronunciamentos procurei situar a minha posição na questão da renegociação da dívida. Primeiro, a gravidade do assunto reforça a necessidade de que o Congresso Nacional se faça mais presente neste processo de negociação: — "É assunto que tem que ser debatido e esclarecido; são vários os pontos e os aspectos que deveríamos tratar neste debate". Sobretudo, enfatizava que o Poder Executivo deve respeitar as prerrogativas do Legislativo, tanto no que se refere à prestação das informações legitimamente solicitadas por este Poder, quanto na aceitação de debates, como propôs o Senador Jarbas Passarinho, que bem poderiam travar-se no seio da Comissão de Economia do Senado.

Segundo, não podia isentar o atual Presidente da República por todas as decisões de Governo tomadas desde sua instalação. Isto não poderia

ser diferente. Afinal, no regime presidencialista é o Presidente da República o responsável pela nomeação dos Ministros de Estado e pelo elenco de políticas que deles emanam de conformidade com as diretrizes e planos governamentais. Então, encontros e desencontros da política econômica da Nova República jamais serão debitados às idiosincrasias dos Ministros que exercem ou exerceram as respectivas Pastas, mas principalmente ao Presidente José Sarney.

Anteriormente, a 4 e 14 de março do ano em curso, já havia exposto minha posição sobre o conteúdo da discussão em pauta: favorável a uma renegociação soberana equidistante, tanto da chantagem retaliativa, como da retórica do calote. Como bem lembrou o Senador Ruy Bacelar, citando Tancredo Neves:

"Dívida externa paga-se com dinheiro, não com a fome e o sacrifício do povo."

Ora, aí o cerne da renegociação soberana: O Brasil dita os termos mínimos do acordo, sem intimidar-se aos reclamos dos banqueiros nem refluir às exigências mínimas da cidadania brasileira.

O Brasil necessita manter as taxas históricas de crescimento econômico, enquanto introduz mudanças em seu perfil, de forma a reduzir as disparidades regionais e incorporar efetivamente aos benefícios do desenvolvimento os 80 milhões de marginalizados. Não se haverá de refluir, portanto, na renegociação da dívida externa, aos anseios de superação do atraso e que exigem plena e competente soberania na formulação de todos os componentes da política econômica: política monetária, política cambial, política salarial, política de rendas, política tecnológica e política agrícola e industrial.

Vi, pois, com bons olhos, a decretação da moratória em fevereiro de 1987, imaginando que ela seria o preâmbulo de profundas mudanças na política econômica. Mudanças que, certamente, se traduziriam por um novo enfoque em todos os componentes citados e pela retomada do crescimento nos marcos do programa do PMDB, partido majoritário na sustentação política do Governo. Mas, ainda assim, manifestava, já naquela época, a importância de que nos apresentássemos a nível internacional não só com a moratória mas, principalmente, com um Programa Econômico coerente, voltado ao combate à inflação, à modernização industrial e do Estado e à melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pela expansão do emprego e dos salários.

Lamentavelmente, tal como aconteceu com o Plano Cruzado em 1986, a moratória que defendíamos, em vez de se constituir em pedra de toque da "esperança e mudança", reduziu-se, apenas, a um apêndice das contradições governamentais e do nefando continuísmo que asfixia grande parte da população na carência das malhas de um capitalismo bárbaro e brutal. Senão, qual o processo que deflagrou a moratória? Quais os benefícios concretos que trouxe ao País e ao povo brasileiro? Que recomposição de forças políticas internas ensejou?

Na verdade, salvo a discussão sobre os ganhos e perdas cambiais da moratória, que tanto espaço ganhou entre os especialistas, pouca coisa ela nos deixou, senão o último e grandiloquente gesto de um Ministro da Fazenda patriota e inequivo-

camente bem-intencionado, mas sem forças para reorientar o conjunto da política econômica do Governo Sarney. Deixou-nos a moratória com a marca da inutilidade, da mesma forma que o Plano Cruzado e a estratégia heterodoxa de combate à inflação. Não obstante, a despeito de tudo, a moratória de 86 era uma inflexão na administração da dívida externa, marcada até então pelas tentativas de honrar seu serviço mediante notória submissão da política econômica às exigências e monitoramento do FMI. Ela permitiu que a crise cambial de 87 fosse relativamente bem suportada e que, em decorrência, se abrissem novos e nada convencionais caminhos de renegociação. Reafirmo aqui o que já expressei em meu pronunciamento de março (18) passado. Durante o período da moratória, as reservas brasileiras, que haviam baixado no início de 87 para 3,3 bilhões de dólares, subiram para 4,5 bilhões de dólares.

Os bancos credores, neste ano de moratória, passaram a vender os títulos da dívida brasileira no mercado secundário com deságios superiores a 50%, o que significa reduzir no mercado esta dívida para um montante real de Cz\$ 30 bilhões, valor equivalente a 10% do PIB do País; algo francamente razoável no conceito de uma nova política de desenvolvimento. Aliás, o Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), órgão que supervisiona nos Estados Unidos a qualidade das carteiras de empréstimos bancários internacionais, já estava prestes a autorizar a classificação dos títulos brasileiros como **value impaired**, primeiro passo para que os credores registrassem o cancelamento (write-off) da nossa dívida. Este procedimento não teria qualquer conotação de confronto com o sistema financeiro internacional, nem o abalaria como pretendem alguns desavisados. Só os fundos de pensão nos Estados Unidos reúnem um ativo financeiro de US\$ 17 trilhões. As reservas disponíveis de um só país, como o Japão, são superiores a US\$ 500 bilhões. Que significaria, diante desta verdadeira muralha financeira contemporânea, uma depreciação de nossa dívida em US\$ 50 bilhões, em circunstâncias em que este procedimento seria não um cerco autárquico sobre a economia brasileira, mas um veículo de recuperação de suas energias rumo à dinamização de seu papel na economia mundial?

Perdemos, portanto, uma grande oportunidade para aliviar a economia brasileira dos elevados ônus do serviço da dívida, que significam corte profundo na capacidade de investimento da economia.

Perdemos, sobretudo, a oportunidade de abrir um novo caminho à retomada do desenvolvimento no continente latino-americano, assolado já por uma década de estagnação, sangria e fome.

Dir-se-á que estou insinuando a execração do Brasil dos negócios internacionais, senão preconizando sumariamente a prática do calote: pagar nunca mais! Mas não, entre o otário e o caloteiro há a larga distância da dignidade, onde se situa a maioria dos homens e dos países honestos.

O Sr. Ruy Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, nobre Senador Ruy Bacelar.

O Sr. Ruy Bacelar — Eminente Senador Jutahy Magalhães, V. Exª, como de costume, pronun-

cia um sério e necessário discurso nesta manhã, no Senado Federal. V. Ex^a faz referências a pronunciamentos que fiz, como também do eminente Senador Jarbas Passarinho e outros feitos por V. Ex^a. V. Ex^a disse que em relação às negociações da dívida externa é necessária a presença do Congresso Nacional, dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados. É necessário que o Governo, o Poder Executivo, coloque em aberto a posição do Brasil, para que nós, representantes do povo, também possamos opinar, sugerir, fiscalizar. V. Ex^a também fala em isentar o Presidente da República das medidas tomadas em todos os setores, principalmente o econômico, medidas econômicas que já se somam a mais de nove ou dez planos, e todos eles quando vão à "estaca zero" o Presidente renova, volta com um novo plano, como um verdadeiro vendedor de ilusões, para tentar enganar o povo brasileiro e se isenta da responsabilidade. Todos sabemos que no regime presidencialista o verdadeiro, o grande responsável é o Presidente da República, e não os seus Ministros. Então o Presidente é o grande responsável por tudo o que se passa na política, e Sua Excelência procura, quando o plano fracassa, isentar-se. Agora, quando o plano tem algum resultado positivo, pelo menos passageiro, Sua Excelência procura dizer que o resultado positivo lhe é devido. Mas quando há fracasso, passa a ser do Ministro, que, por não ter dado certo, é exonerado. É uma falta de responsabilidade do próprio Presidente da República. Mas V. Ex^a disse, com muita sabedoria, que a dívida se paga com dinheiro, com trabalho, com produção, e não com a fome do povo brasileiro. Todos tivemos esperança quando o Presidente José Sarney decretou a moratória. Pensávamos que essa defasagem entre o não-pagamento e a volta do pagamento, principalmente dos ônus, dos juros da dívida, essa poupança serviria, em nosso entender, para ser empregada em obras infra-estruturais que fizessem com que o Brasil voltasse ao seu desenvolvimento e, conseqüentemente, pudéssemos incorporar 80 milhões de irmãos nossos que vivem em situação deplorável. Entretanto, a poupança não foi aplicada nessas obras, mas, demagogicamente, em benefício de poucos. Por isso, louvo o pronunciamento de V. Ex^a, e vou continuar ouvindo, na certeza de que todos haveremos de encontrar uma fórmula capaz para que este País continue a progredir. De antemão, digo a V. Ex^a e aos meus eminentes Pares, Senadores da República, o grande problema, a grande crise por que passamos o País é também fruto de nossa responsabilidade, porque admitimos que o alongamento do mandato do Presidente que aí está fosse possível, com mais um ano de Governo. O grande causador da crise econômica, política e social do Brasil chama-se — com letra maiúscula — SENHOR JOSÉ SARNEY, porque a única coisa com que Sua Excelência preocupou-se até o presente momento, foi continuar na Presidência da República. Por isso, é de importância fundamental que esse Senhor que está na Presidência se conscientize do grande mal que está fazendo ao País, que renuncie para o bem de todos, para que possamos ter, através de uma eleição livre, de um diálogo aberto, um Presidente que venha com respaldo popular, que tenha credibilidade e possa fazer com que este Brasil, conseqüentemente os brasileiros, passe a acreditar no próprio País e

deixem nossos jovens de emigrar para outras plagas, passando a trabalhar para que possamos ter uma sociedade mais justa e mais igualitária. Continuo a ouvir o discurso sério de V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a a participação neste pronunciamento. V. Ex^a tem razão. Esses assuntos deveriam ser mais debatidos aqui no Senado. Sempre lutamos por maiores prerrogativas dos Congressistas. Mas não devemos apenas querer que essas prerrogativas fiquem no papel; devemos exigir da parte do Executivo remeta ao Senado e à Câmara dos Deputados os assuntos que devem ser debatidos no Congresso, como também devemos preparar para debater esses assuntos.

Infelizmente, há, muitas vezes, uma despreocupação da nossa parte com matérias desse nível. Preferimos, às vezes, debater assuntos menos importantes, mas, talvez, de maior apelo publicitário, porque o pronunciamento sobre essas questões normalmente passa despercebido pela opinião pública. Poucos tomam conhecimento do que aqui é dito. O nosso dever é procurar discutir, debater e buscar soluções, caminhos para o Brasil. E isso temos tentado fazer com pronunciamentos modestos, mas sempre com esse espírito de trazer assuntos para debate nesta Casa, a fim de que, tomando conhecimento dessas questões, aponte soluções e caminhos para serem decididos pelo próprio Executivo.

Como diz V. Ex^a, Senador Ruy Bacelar, o responsável pela ação política e econômica chama-se José Sarney; não foi o Ministro Dilson Funaro, não foi o Ministro Bresser Pereira, não foi o Ministro Francisco Domelles, tampouco é o Ministro Mailson da Nóbrega. Sempre foi Dr. José Sarney. Quando o Plano Cruzado parecia dar certo, Sua Excelência se sentiu endeusado pela opinião pública, Sua Excelência era o pai daquela questão. Depois que o Plano Cruzado fracassou, inclusive em razão de determinações suas, que não permitiu fossem feitas as necessárias adaptações, porque Sua Excelência estava nos braços do povo com um deus que havia solucionado as nossas questões econômicas, e não querendo perder essa popularidade, impediu que as medidas fossem tomadas no devido tempo.

Quando o Plano fracassou, Sua Excelência apenas esqueceu-se da sua existência, demitiu o Ministro. Depois veio outro Ministro, também com idéias, com projetos, com programas e "o tapete lhe foi tirado debaixo de pés". Agora, estamos com a política econômica do "feijão-com-arroz". Já dizem que precisa de pimenta, já dizem que precisa de outro tipo de tempero, já começam a "fritar" o Ministro — daqui a pouco ele também estará saindo.

É assim que se tem passado no Governo. Há aqueles que dizem que não têm nenhuma influência perante o Presidente da República, como foi dito aqui na CPI pelo seu secretário particular. Todos sabemos, inclusive através de declarações suas à imprensa, em momentos de lazer nos restaurantes de Brasília, quando afirma como se faz a "fritura" de algum ministro e a importância que ele tem nesse ato... E aqui ele diz que não tem nenhuma influência. Já começamos a ler nas colunas dos jornais que o primeiro-ministro desta República, o Ministro das Comunicações, disse que é preciso mudar o Ministro da Fazenda. En-

tão, em breve, veremos novos rumos para a política econômica do Brasil. E o Brasil, coitado, pagando o preço desta falta de comando.

Continuo, Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Brasil, como país soberano que é, responsável pelo destino histórico de mais de cem milhões de pessoas, não pode desconhecer as circunstâncias excepcionais que envolveram o derrame de eurodólares na década de 70 e o colapso do processo de fácil endividamento dos países do Terceiro Mundo. Muito se escreveu sobre este tema, e, suponho que os ilustres membros desta Casa tenham acompanhado com atenção estas leituras. Todos os autores são unânimes numa coisa: O mundo não estava preparado para absorver esta explosão de liquidez que, pela primeira vez, desde o início do século, abria oportunidades inusitadas para o financiamento do desenvolvimento das economias periféricas. O pós-guerra entregou-nos um instrumento de equilíbrio internacional de curto prazo — o FMI —, de fomento — o BIRD —, e a pesada regulação dos sistemas financeiros nacionais sob a égide dos Bancos Centrais. Depois da crise de 29 e da longa depressão dos anos 30, aprendemos que não se brinca com o mercado de papéis e dinheiro. Eles são mortais. Ficou também o registro de que todo este sistema repousaria sobre a paridade das moedas com o padrão-ouro, base para que o princípio das vantagens comparativas operasse como liberalizador do comércio internacional e agilizador da acumulação em escala internacional. Desta feita, nenhum país participante da nova economia poderia se aventurar em ousadias monetárias e cambiais, sem pagar, ele próprio, a preço literal de outro, essas travessuras.

Mas bem, o que viria a ocorrer efetivamente na década de 70?

Acosado pela emergência de novos parceiros internacionais, com um déficit externo crescente e pela inevitável necessidade de recomposição de suas reservas e competitividade, o Governo do Presidente Nixon rompeu com a paridade do dólar ao ouro em 1971, dando início, a partir daí, a um ciclo, ainda não esgotado, de desvalorizações sucessivas da moeda americana, ao qual se seguiria a elevação unilateral das taxas internas de juros.

Esta drástica ruptura dos Estados Unidos com as regras da ordem econômica internacional ficou encoberta nos anos 70 pela crise do petróleo, que abalou profundamente todas as economias centrais, levando-as a inevitáveis programas de reajuste econômico e mudanças no perfil energético. No final da década, porém, já era evidente o golpe americano que, mercê da maior ortodoxia monetária republicana com a administração Reagan, ativamente restritiva à liquidez interna e à recaptação internacional de divisas (via elevação das taxas de juros, e desvalorizações cambiais), só faria estalar a frágil estrutura que sustentou o processo de endividamento internacional.

Não estou aqui a tecer hipóteses e conjecturas. Estou afirmando que a década dos anos 70 foi só atípica como pontilhada de atitudes unilaterais: protecionismo, elevação dos preços do petróleo de 2,5 dólares o barril até 40 dólares o mesmo barril, ruptura do sistema de paridades cambiais sobre o padrão-ouro, manipulação voluntária das taxas de juros pelo governo americano, valorização das moedas concorrentes com o dólar etc.

Quem não vê estas coisas, ou não prestou atenção aos fatos que marcaram a nossa existência, ou simplesmente é otário. Veja-se que não estou aqui a criticar o processo de endividamento em si: fizemos àquela época o que tínhamos que fazer, como país ávido de recursos externos para pagar a conta-petróleo e desejoso de enfrentar positivamente o choque adverso do exterior: Desfrutar da inusitada — embora traiçoeira — liquidez internacional. A execução e distorção desta política é assunto para outro pronunciamento. Um insuspeitado autor brasileiro — Antônio Castro — Professor da UFRJ escreveu um livro exemplar sobre este período: "A Economia Brasileira em Marcha Forçada".

Não vou repetir aqui suas conhecidas conclusões sobre o acerto da política econômica da segunda metade dos anos 70 e que viria a completar a montagem de uma moderna economia industrial no Brasil, iniciado com Vargas e JK na década de 50.

Não estou, portanto, a exorcizar demônios invisíveis à base de um xenofobismo à **outrance**. Nem creio que tenhamos que levantar uma cortina de aço sobre nossas fronteiras para poder desenvolver autonomamente nossa tecnologia e nosso mercado interior.

Pelo contrário, move-me a certeza de que temos um lugar de destaque na economia mundial, a que não nos podemos frustrar.

Mas procuro ver a realidade, sem as lentes de deformação ideológica que ora nos pretende caloteiros e ora, ainda pior, como otários.

A década de 70 nos apanhou a todos desprevenidos para o derrame de liquidez simultâneo à agudização da concorrência internacional que vinha quebrar a sólida hegemonia dos organismos financeiros oficiais no mercado financeiro internacional e dos conglomerados americanos no comércio de mercadorias. Abarrotados de depósitos em dólares oriundos dos excedentes do petróleo, grandes e pequenos bancos da Europa e Estados Unidos viam-se na contingência de procurar tomadores a qualquer preço para sua vil mercadoria.

Ultrapassando de longe as disponibilidades de crédito das instituições mais experientes e criteriosas como o BIRD, este banco privado não encontrou pela frente qualquer regulação oficial em termos de recolhimentos compulsórios, reservas, seguros ou exigências cadastrais. Não se transferiu para este novo mercado de eurodólares a já madura experiência dos freios e contrapesos das políticas econômicas de cada país nem muito menos as regras da expansão monetária.

Em consequência expôs-se, voluntariamente, o sistema financeiro internacional, elevando consideravelmente os seus riscos na atração fatal dos empréstimos fáceis. Na década de 80 dar-se-iam conta destes perigos e reduziriam consideravelmente seus coeficientes de **exposure**. De outra parte, todos foram se dando conta que o carrocel financeiro girava sem qualquer eixo de referência, começando a lamentar a imprevisão e a possibilidade perdida de ter reformulado o sistema financeiro internacional através da reciclagem dos petrodólares pelos bancos oficiais. Mas "Inês era morta". O mal estava feito e nada poderia remediá-lo senão mediante políticas salvacionistas de cada país, na base do "salve-se quem puder".

Há que se ter presente, pois, não apenas as características peculiares do processo de endividamento na década de 70, do qual herdamos a dívida dos citados 60 bilhões de dólares, como também a unilateralidade das medidas que conformaram os programas de ajuste interno de cada país.

A alternativa do calote sumário não é justa porque, além de afrontar o sistema financeiro internacional, desconhece a margem suportável e razoável de dívida efetivamente assumida, mas a disjuntiva da negociação convencional, agora aprovada, além de injusta nos coloca na tragicômica situação do otário que não quer ler a linguagem darwinista da crise, quando algumas espécies inevitavelmente se extinguem e outras transmutam. Entre uma e outra resta-nos o caminho da civilização que é o de conseguir antecipar idealmente na consciência dos homens que a instauram o produto de seus esforços: a inteligência e o livre-arbítrio. Nada está escrito, a não ser o desafio da civilização e a ele nos devemos jogar com todas as nossas energias. Este desafio, ao nível de dívida externa, é o de construir a opção da negociação não convencional, determinada pelos fatores singulares que envolveram o endividamento nos anos 70 e por exigências inarredáveis de breve recuperação econômica nos países em desenvolvimento. Eis como alguns autores descrevem esta negociação em artigos que anexo a este pronunciamento:

1º) A transformação de dívida externa em bônus de longo prazo que reflitam o valor de mercado da dívida;

2º) Pagamento dos juros da dívida em cruzados;

3º) Ofensiva do Governo brasileiro junto às fontes de liquidez internacional, com vistas à captação de capital de risco.

Outro equívoco coerente que estreita os marcos da compreensão sobre as causas da recente crise do país, além do "princípio" é o do "provincialismo" que nos considera caso único e isolado. Um recente artigo do economista Luiz Sampaio Maian — "O Brasil e os Fluxos de Investimentos Internacionais: uma nota" (Carta de Conjuntura do CORECON-DF, ano II/nº 11) — ajuda a compreender que a "contração dos novos fluxos de capital de risco, longe de estar limitada ao Brasil, afetou o conjunto de países em desenvolvimento, especialmente os da América Latina, refletindo muito mais condições de ordem externa do que fatores internos. Adicionalmente, essa queda generalizada dos novos investimentos para economias em desenvolvimento está bastante relacionada com o papel que os EUA passaram a assumir, de grande captador de capitais de risco, especialmente sob a forma de investimentos em títulos, absorvendo assim grande parcela dos capitais disponíveis mundialmente". Eis como os dados registram estas mudanças nos movimentos internacionais de capitais:

FLUXOS LÍQUIDOS DE INVESTIMENTOS

Ano	EUA	Japão	A. Latina	Brasil
1980				
ID	- 2.300	- 2.110	5.170	1.544
Titulos	2.850	9.430	1.730	354
TOTAL	550	7.320	6.900	1.898
1986				
ID	- 3.000	- 14.250	2.638	340
Titulos	77.020	- 102.040	- 691	—
TOTAL	74.020	- 116.290	1.947	340

Neste contexto, se já não bastassem as condições desfavoráveis dos países em desenvolvimento para concorrerem com os centrais na disputa pelos investimentos diretos (ID) externos agravam-se, agora, sob a crise da dívida, as desvantagens na captura dos fluxos aplicados em títulos. Veja-se que os Estados Unidos não só nos penitenciam com um ônus maior sobre o serviço da dívida quando eleva suas taxas de juros, como, ao fazê-lo, nos marginaliza do mercado de aplicações. Há, portanto, uma rigidez muito grande nos fluxos de investimentos que se não impossibilita dificulta enormemente o encaminhamento de soluções para a dívida externa pelos caminhos convencionais.

No tocante aos termos do acordo, como os bancos credores e que agora são levados à consideração do FMI, eis como outro economista, Carlos Brandão Cavalcanti (Carta de Conjuntura Ano 2 nº 12 — CORECON — DF), conclui, *alias*, na melancólica conclusão de que um programa (convencional) de ajustamento com o FMI não deve implicar alívio substancial na restrição exter-

na, nem assegurar as condições de estabilização da economia brasileira:

"O primeiro problema diz respeito ao volume de recursos que realmente represente "dinheiro novo". Dos US\$ 5,2 bilhões anunciados inicialmente, US\$ 3,0 bilhões estão comprometidos em dezembro de 1987 para que o País saísse da moratória. Dos US\$ 2,2 bilhões restantes, US\$ 1 bilhão será usado para pagar juros atrasados de 1987, conforme entendimento assinado em novembro do ano passado. Restaria, portanto, apenas US\$ 1,2 bilhão, dos quais apenas US\$ 600 milhões seriam integralizados ainda este ano. Em termos líquidos, o volume de "dinheiro novo" estaria reduzido a US\$ 600 milhões, o que representa cerca de 6% da conta de juros ou 9% dos juros a serem pagos nos bancos comerciais estrangeiros.

O segundo é a nove taxa de risco: o **spread**. A taxa de 0,8125% corresponde, em termos nominais, ao **spread** cobrado de outros grandes devedores da América Latina (México e Argentina). Entretanto, em termos efetivos, é maior, por-

que não incidirá imediatamente sobre a totalidade da dívida reescalona. Este ano, a nova taxa de risco deve recair apenas sobre a dívida depositada no Banco Central, cerca de 32% do total. A dívida restante pagará a nova taxa somente a partir de janeiro de 1989.

O terceiro é a economia estimada nesse acordo. Segundo os negociadores brasileiros, o País teria um ganho de US\$ 600 milhões com a redução do **spread**. Isso justificaria, em parte, o volume reduzido de "dinheiro novo" concedido pelos bancos, uma vez que esse ganho foi deduzido dos desembolsos. Entretanto, a economia decorrente da redução do **spread** cai para US\$ 160 milhões neste ano, se levamos em consideração o fato que a nova taxa de risco será introduzida de forma escalonada. Assim, estamos sendo logrados em cerca de 75% da economia prevista.

A consequência imediata do volume reduzido de "dinheiro novo" obtido e da ausência de reduções substanciais no custo da dívida externa este ano é que o País será obrigado a gerar um superávit comercial da ordem de US\$ 14 bilhões em 1988, para atender aos compromissos externos sem perda adicional de reservas cambiais. Esse superávit comercial vem sendo obtido à custas de uma forte redução do crescimento e de uma queda acentuada no salário médio real."

Sr. Presidente, era o que tinha adizer. Agradeço muito a atenção do Plenário a este meu pronunciamento. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães o Sr. Dirceu Carneiro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo esta tribuna por alguns instantes apenas para exibir e tecer alguns comentários sobre a fotografia que estampa a *Gazeta do Acre* de terça-feira, dia 2 de agosto último.

Mostro aos Srs. Senadores esta terrível fotografia — desumana, abominável — que mostra um brasileiro dependurado no famoso "pau-de-arara", para confessar os crimes de furto que havia praticado.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocorre no meu Estado, o Estado do Acre. O comentário do jornal procura apontar como responsável um delegado truculento, funcionário antigo da delegacia. Mas nós, Sr. Presidente, preferimos dar responsabilidade àqueles que realmente a tem — o Sr. Secretário de Segurança e, em última análise, S. Ex^a o Sr. Governador, os verdadeiros culpados de cenas horripilantes e tétricas como essa.

Fomos informados também de que essa prática — que agora foi surpreendida pelo repórter do jornal *Gazeta do Acre* — é comum, acontece nas intimidades das delegacias do Estado do Acre. O Sr. Secretário de Segurança tem conhecimento desse método abominável de obtenção de confissão dos criminosos e até então não havia tomado nenhuma providência. Temos informações de que são do conhecimento do Sr. Governador essas práticas e S. Ex^a cruza os braços e fecha os olhos, não tomando nenhuma provi-

dência, uma vez que até hoje não teve a coragem de demitir o Sr. Secretário de Segurança ou os delegados que são responsáveis por esse método de trucidamento, de indignidade à pessoa humana.

Nobres Srs. Senadores, já dizia Fédor Dostoiévski que "o homem, por mais humilde que seja, exige respeito pela sua dignidade de pessoa humana".

Sr. Presidente, essa cena de truculência, de força, de covardia, dependurando um criminoso, um ladrão contumaz é bem verdade, não é o método de se fazer com que o infrator confesse os seus delitos.

Sr. Presidente, nesta comunicação, e exibindo esta fotografia, quero, por intermédio do Senado da República, e de sua Mesa Diretora fazer com que esta denúncia que faço perante o Brasil seja levada ao Sr. Ministro da Justiça Paulo Brossard, para que interpele S. Ex^a o Governador Flaviano Melo, para que, com a autoridade de Governador, S. Ex^a tome imediatas providências, exonerando sumariamente o Sr. Secretário de Segurança, e coloque sob a guarda da Justiça os criminosos e puna aqueles torturadores diretos ou indiretos que desejavam obter das pessoas as confissões que queriam.

Sr. Presidente, isso é lamentável, porque nós durante muitos anos, condenamos esses métodos. Durante a ditadura, enfrentamos os horrores de um Estado de opressão, autoritário, quando eram comuns esses métodos para extorquir confissões de pessoas sobre fatos não acontecidos, de vítimas que eram presas, que eram recolhidas, às enxovias das casas de detenção e dos quartéis, como presos políticos.

É de se lamentar que esse método continue vigente e à plena luz do dia, e que venha a acontecer e ser exibido exatamente no Estado do Acre, onde o governo do PMDB se instalou e diz defender as liberdades democráticas e os direitos da pessoa humana.

Assim, Sr. Presidente, faço chegar à Mesa um requerimento de informações para que esta matéria seja imediatamente encaminhada ao Ministério da Justiça, a fim de que se tomem as devidas providências junto às autoridades responsáveis, que ora deixo como responsáveis, até provado o contrário, o Sr. Secretário de Segurança do Estado do Acre e o Sr. Governador por esse crime hediondo contra as liberdades públicas e a liberdade individual da pessoa humana.

Era esta a comunicação que queria fazer e encaminhar à Mesa, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MÁRIO MAIA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Gazeta do Acre 2 de Agosto de 1988

TORTURA COM PAU-DE-ARARA NA DELEGACIA

Por determinação do delegado Enock Pessoa de Araújo, os policiais Bolinha e Miranda, da Especializada de Roubos e Furtos comandaram durante mais de meia hora uma sessão de tortura com pau-de-arara contra o ladrão Ronaleudo Andrade de Messias, o "Roney", 18 anos, residente no bairro da Sobral, que havia sido preso naquela Delegacia domingo à tarde acusado de vários assaltos, o último deles na casa do músico Alberico Nogueira, "Beco", na Vila Ivonete de onde levou

uma televisão, um vídeo cassete, um aparelho de som e algumas jóias.

Ontem pela manhã, Roney havia confessado o roubo na casa de Beco e já havia também entregue toda a mercadoria. Mas o delegado Enock Pessoa queria saber mais e, como Roney insistia em mentir, dizendo que não sabia de mais nada, Enock Pessoa determinou aos policiais Miranda e Bolinha que colocassem o ladrão no pau-de-arara. A determinação foi cumprida mesmo diante dos apelos humilhantes de Roney que chorando muito pedia para que não fizessem aquilo com ele.

Enquanto um policial interrogava o acusado o outro aos poucos, molhava com água e sabão os olhos de Roney, para que as dessem. Ele, aos gritos, pedia para que os policiais parassem com a tortura. Mas o acusado terminou confessando uma variada quantidade de roubos, inclusive dando os nomes de seus comparsas e dos taxistas que o mandavam roubar e depois compravam a mercadoria. A tortura no pau-de-arara, demorou mais de meia hora e os policiais só pararam depois que o fotógrafo da *Gazeta* entrou na sala.

Durante o discurso do Sr. Mário Maia o Sr. Humberto Lucena deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a agroindústria sucro-alcooleira representa parcela fundamental da economia nordestina, particularmente nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

No caso específico de Pernambuco, a participação da cana-de-açúcar na arrecadação estadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias atinge nada mais nada menos que 13 por cento, apenas no que se refere às atividades agrícolas e industriais do segmento.

A importância dessa agroindústria torna-se ainda mais patente quando se considera o percentual sobre o ICM arrecadado no setor agrícola, que nos últimos anos tem oscilado em torno dos 82%. Ademais, as lavouras canavieiras respondem por 64% do valor bruto da produção das 11 principais culturas pernambucanas. Ao que se acresce seu destaque como atividade geradora de empregos, numa região de elevada densidade demográfica, como é a zona canavieira, na qual reside população cuja sobrevivência encontra-se, direta ou indiretamente, na dependência do desenvolvimento desse segmento.

Por tudo isso, todos os esforços devem ser realizados para apoiar decisivamente a agroindústria sucro-alcooleira. As regiões produtoras nordestinas apresentam inúmeras vantagens comparativas para essa atividade, fato comprovado até pela longa tradição que possui a cana-de-açúcar no Nordeste.

Apesar disso, a rentabilidade da economia canavieira nordestina deixa ainda muito a desejar. Os índices de rendimento, conquanto tenham crescido nos últimos anos, acompanhando, aliás, a tendência nacional do setor, encontram-se ainda significativamente aquém das marcas obtidas

pela maioria das unidades produtoras do Centro-Sul, sobretudo em relação a São Paulo. E observa-se que isso ocorre tanto em relação à parte agrícola do segmento quanto no referente às atividades industriais, passando por aspectos igualmente importados como o transporte de matéria-prima, insumos e produtos acabados.

Outro aspecto negativo a preocupar-nos em relação à agroindústria dependente da cana-de-açúcar é sua vulnerabilidade em relação às oscilações do mercado. Tradicionalmente sujeito a grandes variações de demanda, e, portanto, de preços, no mercado internacional, o mercado do açúcar não tem prescindido de freqüentes intervenções governamentais, com vistas a manterem adequados níveis as exportações e suas cotações. Ainda assim, paira permanentemente sobre o produtor a ameaça de não obter mercado para esse produto, ou ver seus preços cada vez mais aviltados. O que se torna mais preocupante quando se sabe que a demanda mundial por açúcar de cana encontra-se praticamente estacionada, e não há perspectivas de que possa recuperar-se, em razão das alternativas disponíveis nos países industrializados que detêm a maior parte do consumo, alternativas que vão desde a utilização de outras matérias-primas — como a beterraba — para produzir o mesmo bem até sua substituição por adoçantes ditos artificiais.

Recentemente, problemas ligados à "Conta Alcool" da Petrobrás chegaram a intimidar os empresários do setor. Embora todos tenhamos a convicção de que o programa do álcool, dadas suas características de empreendimento de valor estratégico, jamais virá a ser descontinuado, os produtos desse combustível temem que problemas relacionados a seu preço, em comparação com o da gasolina, bem como aos excedentes desse derivado do petróleo no mercado, possam vir a forçar reduções da produção alcooleira, acrescentando maiores incertezas a uma atividade já instável em relação ao açúcar.

E pois necessário adotar com urgência medidas capazes de beneficiar o setor e impedir que venha a ser prejudicado por problemas dessa natureza.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, recentemente decreto do Presidente da República transferiu o Planalçúcar — programa que se dedica a pesquisar e estudar alternativas de melhorar os padrões tecnológicos da agroindústria canavieira — do Instituto do Açúcar e do Alcool para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Não podemos deixar de reconhecer o acerto da medida. Mesmo reconhecendo que o seguimento muito deve ao IAA, sob cuja responsabilidade o Planalçúcar ofereceu contribuições extremamente valiosas para a modernização da agroindústria, e que grande parte dos progressos que se obtiveram em produtividade são devidos a essa atuação, é não menos verdadeiro que a Embrapa conta hoje com estrutura mais apta a avançar nas pesquisas que a atividade canavieira está a requerer.

O modelo institucional da Embrapa caracteriza-se, em relação a culturas do porte da canavieira, pelo estabelecimento de centros nacionais de pesquisa, nos quais concentra conhecimentos e capacidade de trabalho capazes de gerar resultados de excelência comprovada. É o que tem acontecido nos centros já existentes, como os dedica-

dos à soja, ao milho, ao feijão e arroz, aos cerrados, a hortaliças, aos trópicos úmido e semi-árido, à bovinocultura, à caprinocultura.

Muito se espera do futuro Centro de Pesquisa da Cana-de-Açúcar. Sobretudo considerando que ele partirá de estrutura já existente, no caso as instalações do Planalçúcar em Carpina, Pernambuco, nas quais realizam-se bem sucedidas atividades em pesquisas de controle biológico, tecnologia de produção de álcool não-corrosivo, utilização adequada de fertilizantes, desenvolvimento de equipamentos para transporte de matéria-prima, entre outros.

Há, em particular, dois aspectos da economia sucro-alcooleira que devem merecer atenção especial do futuro centro da Embrapa. refiro-me à busca de melhores rendimentos para o processo de transformação de cana em álcool, o que se pode conseguir tanto melhorando a produtividade agrícola da atividade quanto aperfeiçoando processos industriais em busca de objetivo análogo.

O outro aspecto diz respeito ao desenvolvimento das atividades alcoolquímicas e sucroquímicas, que foram iniciadas em Pernambuco, quando governei o Estado, e estão a carecer de continuidade.

Em ambos os casos, a estabilidade do setor canavieiro será grandemente beneficiada. melhores rendimentos na produção alcooleira significarão menores preços desse combustível, tornando-o mais competitivo em relação aos derivados do petróleo e reduzindo, até a eliminação total, as necessidades de subsídio a seu preço final.

Daí a importância de instalar-se rapidamente o Centro Nacional de Pesquisa da Cana-de-Açúcar, e de fazê-lo aproveitando as instalações já em funcionamento no Município de Carpina, Pernambuco, não apenas em razão da evidente economia de recursos, como também por situarem-se essas instalações no centro nevrálgico da região que mais necessita e pode responder aos estímulos que resultarão das pesquisas.

Apelo, pois, ao Ministro da Agricultura e à Embrapa para que adote, sem demora, medidas para transformar aquelas instituições do Planalçúcar em seu mais novo centro nacional. E que a ele atribua responsabilidades de dedicar-se prioritariamente ao estudo dos temas aqui citados. Estou seguro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que essa virá a ser outra importante contribuição da Embrapa ao desenvolvimento da Nação e, de modo particular, do Nordeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A 18 do mês pretérito, chegou-nos às mãos carta enviada pelo ilustre servidor desta Casa, e particular amigo, Dr. Luciano Vieira, em que gentilmente nos comunica seu afastamento da direção da Subsecretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal, assim como sua decisão de aposentar-se do serviço público.

Sejam nossas primeiras palavras de sincera gratidão pela deferência, elegância e fineza de seu gesto, muito em consonância, aliás, com as características de sua elevada personalidade.

Esta comunicação provocou, entretanto, uma amarga sensação de ausência. Com efeito, perde o Senado Federal, com a saída do Dr. Luciano Vieira, um fiel e dedicado servidor que, no exercício de suas tão espinhosas quanto gratificantes atividades profissionais, teve na competência a mais marcante e destacada característica.

Nascido em Aracaju, Estado de Sergipe, formado na Faculdade Nacional de Medicina, especializou-se em Cardiologia através de vários cursos no Brasil e no exterior, com estágio no Hospital de Cleveland — Estados Unidos, é autor de importantes estudos e pesquisas em sua especialidade, tendo sido Presidente da Associação Brasileira de Cardiologia.

Ingressou nesta Casa em 1960 e palmilhou todas as etapas da difícil e árdua caminhada do sacerdócio da medicina, sempre com exemplar discríção e indiscutível brilhantismo. A partir de 1972 torna-se o Chefe do Serviço de Laboratório de Diagnósticos, criado por ele na gestão do Senador Petrólio Portella como Presidente do Senado Federal, visando a uma melhoria do padrão de atendimento cardiológico, contando inclusive, na época, com aparelhos sofisticados.

Como fruto desta experiência e de pesquisas e estudos particulares nasceu o Dicionário de Textos Médicos Codificados de sua autoria, obra única no gênero, em que codificou sintomas, doenças, exames, medicamentos e orientação terapêutica tudo voltado para um melhor estudo de cada paciente.

Foi o Dr. Luciano o responsável pela introdução da informática na Subsecretaria de Assistência Médica e Social do Senado, de onde se tornou Diretor em 1987, por acertada escolha do Senador Humberto Lucena.

Descendente de família representativa da mais alta estirpe da terra sergipana, possui o Dr. Luciano Vieira suas firmes raízes fincadas no caráter exemplar de seu genitor, proeminente figura da História do Estado — seu pai, o Dr. Heribaldo Dantas Vieira. Jornalista e advogado, foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Sergipe. Poeta, iniciador do Movimento Modernista na Literatura em Sergipe. Jurista, exerceu a Consultoria Jurídica do Estado de Sergipe e a Procuradoria do Tribunal de Contas da União. Político, da União Democrática Nacional em Sergipe, ao lado de dois outros ilustres conterrâneos, Wálter Franco e Leandro Maciel. Desempenhou funções públicas em diversos governos, tendo sido Deputado Estadual em 1934, Deputado Federal Constituinte em 1945 e Senador da República de 1959 a 1967.

O reconhecimento de suas excepcionais virtudes nos campos profissional e humano tem sido uma constante ao longo do exercício profissional do Dr. Luciano Vieira, desde a anônima gratidão dos servidores desta Casa — do mais humilde ao mais graduado — até a homenagem pública, materializada sob a forma de Documentos de Elogios, oriundos das mais diversas fontes de Senadores e Deputados a ilustres personalidades fora do âmbito do Poder Legislativo, atendendo todos com a mesma presteza e dedicação.

Neste particular, fomos testemunha de uma das mais emocionantes demonstrações de gratidão. O saudoso Waldir de Azevedo, vítima de acidente doméstico, teve decepado o dedo médio da mão esquerda por uma máquina de cortar grama.

Atendido prontamente, foi realizado o replante e, à custa de muita fé e perseverança, associadas a exaustivas sessões de fisioterapia, voltou finalmente a tocar seu insubstituível cavaquinho. Completamente restabelecido, reencontra-se com seu querido e fiel público brasileiro com um "show" na Sala Martins Pena no Teatro Nacional. Ao final do espetáculo, ele, o homenageado, transfere as honrarias do momento ao depositário de todo o mérito pela sua cura — o Dr. Luciano Vieira. Semelhantes a esta, tantas e tão gratificantes demonstrações de reconhecimento poderiam ser aqui evocadas.

Exerce, ainda, o nosso homenageado, a função de Conselheiro da Campanha Nacional de Escolas de Comunidade — CNEC, obra do renomado Professor Felipe Tiago Gomes, o que tem levado o Dr. Luciano aos diversos cantos do País, orientando, clinicamente, os cenicistas de regiões menos favorecidas, principalmente no Nordeste, num trabalho verdadeiro samaritano, sem outro interesse que o de curar.

Como médico, quer no Rio de Janeiro, onde começou sua vida profissional, quer em Brasília, onde trabalhou no Hospital de Base e no Senado, além de sua clínica particular, o Dr. Luciano teve sempre a preocupação de divulgar as últimas descobertas da medicina e de ajudar os colegas mais jovens no começo da mesma carreira que em boa hora abraçou.

Ao saudar o ilustre profissional, além de prezoado e particular amigo, atribuímo-nos a tão difícil quanto elevada tarefa de sermos mensageiros de gratidão dos servidores desta Casa, dos ex-Senadores e dos atuais Constituintes que, profundamente agradecidos, no momento de sua saída o homenageiam com o reconhecimento do zelo, dedicação, competência e humanismo de seu exercício profissional.

Sejam nossas palavras, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de formulação de sinceros votos de pleno êxito em suas atividades fora do âmbito do Senado Federal. Temos absoluta certeza de que seus ideais, seus sonhos, prosseguirão concretizando-se. Suas zelosas mãos, esperamos, continuarão a cuidar de nossos corações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cinco ministros estiveram, esta semana, em Alagoas, testemunhando de perto o saldo da tragédia que matou mais de 60 alagoanos e enterrou na lama das enchentes de julho, casas, móveis, roupas e as esperanças de mais de 60 mil pessoas, hoje desabrigadas e desamparadas nos abrigos improvisados da defesa civil. Extensão material do desastre das chuvas de julho ainda é visível. Há bairros inteiros semidestruídos, há cidades semidevastadas, há angústia e há choro na Capital, na Zona da Mata, no Litoral e nas áreas ribeirinhas. Tão visível quanto o rastro da tragédia, são as causas do desastre de proporções ainda indefinidas. É claro que a chuva de julho foi inusitadamente intensa para esta época, não há dúvida. É claro que se pode remeter as causas da tragédia

de hoje às distorções do processo de desenvolvimento do próprio Estado, a migração forçada para periferia da cidade de homens à cata de trabalho e à busca de serviços públicos. É claro que a total desassistência do homem do campo, a falta do acesso à terra, contribuem para a exploração da periferia de Maceió, hoje inchada com quase uma centena de favelas, mergulhadas na lama dos mangues e das margens da lagoa, ou perigosamente encravadas nas encostas de nossos morros. Mas o drama dos mais de 60 mortos de Maceió começa no adiamento ou no engavetamento de morros e encostas na capital, onde mora boa parte da população pobre. O desastre de julho começa no aterro irresponsável de largas áreas da Lagoa de Mundaú, que agora se socorre das chuvas para cobrar do homem o espaço que lhe foi levemente roubado. Foi a especulação imobiliária, de um lado, mas foi também a ocupação desordenada das margens da lagoa, em alguns casos absurdamente patrocinada pelo próprio Poder Público, os responsáveis por esse duelo desigual entre a natureza e o favelado das margens invadidas da Lagoa de Mundaú. Foi a falta de um plano consistente de urbanização de nossas periferias, privadas de recursos federais que são hoje, nesse país, massa de manobra política, arma de chantagem eleitoral para dobrar a consciência política aos designios dos detentores do Poder. O Governo Federal mercadejou com a vida dos alagoanos.

Recuso-me a admitir que o Presidente da República patrocine ou sequer tome conhecimento de que, na seca ou na enchente, setores de seu Governo promovam as mais mesquinhas das chantagens políticas, com a vida de crianças e de cidadãos indefesos. No Município de Teotônio Vilela, criado pela luta e pela organização do povo no coração da Zona da Mata alagoana, a mortalidade infantil nesses primeiros meses do ano chegou aos níveis bafrenses de 640 por mil nascidos vivos. Culpa da água poluída que todos bebem. Em Teotônio já existe a adutora, já existe a estação de tratamento, já existe até a caixa d'água, mas os recursos para a extensão da rede de distribuição foram retidos em represália a votos profereidos na Assembléia Constituinte. Ano passado, conseguimos, pessoalmente, que a sensibilidade do então Presidente da LBA, Ministro Marcos Vilela, autorizasse a distribuição de cestas alimentares com os famintos sertanejos da área da seca. Em viagem pelos sertões das Alagoas, o que ouvi foram depoimentos repetidos de prefeitos e lideranças comunitárias que atestam a criminoso vinculação da distribuição das cestas a interesses eleitoreiros dos seguidores do Palácio do Planalto.

A visita dos Ministros a Alagoas, neste trágico pós-dilúvio, só se completará em seus objetivos se, além do socorro da emergência, resultar em obras e programas de médio e longo prazo que permitam, de fato, aos alagoanos enfrentar os próximos anos sem a angústia e o sobressalto do desamparo e do desabrigo. Claro que precisamos de remédios e alimentos, porque há fome nos abrigos e há ameaças de surtos. A leptospirose já faz as primeiras vítimas nos alagados de Maceió. É claro que precisamos de barracas e de cobertores, porque há frio e desamparo. Precisamos com a urgência dos desesperados, da solidariedade de toda a Nação, para a reconstrução da vida, dos sonhos e das esperanças de

mais de 60 mil pessoas. Mas precisamos, sobretudo, de programas de urbanização nos morros e alagados de toda a periferia da capital. Alagoas quer que o Governo federal lhe garanta o direito à reconstrução. Alagoas tem e exige o direito de viver.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é inaceitável que o Governo Sarney, voltado para o social, não mantenha os níveis básicos de atendimento na área da saúde pública. O Município de Rondon do Pará, no meu Estado, possui um único hospital que é a Fundação Sesp. Pois, por absoluta falta de material humano, o setor de internação daquele hospital está prestes a fechar. Essas rigorosas medidas de contenção, adotadas pelo Ministro da Fazenda, impedem a contratação de pessoal para os setores vitais, como a saúde.

Rondon do Pará está localizado em uma das regiões mais ricas do Brasil. Está localizado! Mas é um município paupérrimo que, como inúmeros outros, neste nosso Brasil, não dispõe de infraestrutura, de saneamento básico, estradas, escolas e hospitais.

Apelo às autoridades responsáveis e à Fundação Sesp, para que revejam a decisão tomada; que não generalizem os casos que merecem, pelo menos, um estudo particular de necessidades, e que dêem ao hospital do citado município condições de atendimento. É direito dos brasileiros pobres e sofridos internarem-se nos hospitais quando assim for preciso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A recém-encerrada viagem do Presidente José Sarney à República Popular da China, transcorrida no período de 3 a 8 de julho passado, foi, sem dúvida, um acontecimento de transcendental significado no concernente aos objetivos colimados, às dimensões dos resultados obtidos, perspectivas e repercussões.

"Essa viagem — asseverou o Ministro das Relações Exteriores Roberto de Abreu Sodré — mudou os rumos da política externa do Brasil."

Acompanhado de uma comitiva de ministros, parlamentares, diplomatas, jornalistas e convidados especiais — da qual tive a honra de participar, como um dos representantes do Senado Federal —, o Presidente José Sarney pôde verificar, no decorrer dos seis dias de sua visita à China, o realismo e a decisiva importância do seu desempenho visando redimensionar, ampliar e fortalecer as relações bilaterais sino-brasileiras.

Essa viagem proporcionou ao Brasil a recuperação do tempo perdido e a eliminação de equívocos, contribuindo para erradicar o isolamento e neutralizar o distanciamento geográfico e ideológico entre os dois países.

Convém acentuar que, na Ásia, depois do Japão, a China é o maior parceiro comercial do Brasil, enquanto na América Latina o intercâmbio sino-brasileiro representa mais de metade de todas as trocas.

Em 1974, esse comércio, que era de US\$ 17 milhões e 500 mil, evoluiu dez anos mais tarde, em 1984, para US\$ 1 bilhão e 450 milhões, crescendo depois para US\$ 965 milhões em 1986, e apenas US\$ 680 milhões em 1987.

Um dos principais objetivos da histórica viagem do chefe da Nação brasileira foi, precisamente, corrigir as oscilações desse intercâmbio comercial, visando elevá-lo para US\$ 1 bilhão no final do corrente ano, e ultrapassar o nível de US\$ 1 bilhão e 300 milhões em 1989.

Para atingir essa meta de interesse recíproco, a China pretende adquirir veículos, calçados, minérios, têxteis, usinas hidrelétricas e equipamentos de transportes, em troca de petróleo e de carvão siderúrgico.

A reportagem do jornalista Gervásio Baptista publicada pela *Manchete* de 23 de julho passado, informou, a respeito, que "tradings e joint-ventures" estão sendo estimulados a organizar-se em ambos os países, com a finalidade de facilitar a compra e venda das mercadorias.

Algumas empresas brasileiras já têm escritório em Pequim, e continua sendo grande o interesse da Petrobrás em assinar contrato de risco para prospecção de petróleo nos mares do sul chinês.

Além dos acordos de cooperação no âmbito dos transportes, comunicações e intercâmbio cultural, o objetivo fundamental da bem-sucedida viagem do Presidente José Sarney à China Popular consistiu na assinatura de um acordo para lançamento, em 1992, de um satélite, na base chinesa de Shanzi e de outro, em 1994, na base de Alcântara, no Maranhão.

Os satélites sino-brasileiros são destinados ao monitoramento de colheitas e recursos naturais, florestas, rios, áreas minerais, meteorologia, hidrologia, geografia, geologia, cartografia, fazendo com que chineses e brasileiros ingressem no mercado de serviços de sensoriamento remoto (análise de subsolo).

Obter-se-á, destarte, a junção da tecnologia brasileira nas áreas da informática, eletrônica, e dos componentes sofisticados, com a tecnologia chinesa no setor de foguetes e de sensores.

A fim de que se possa avaliar o extraordinário avanço científico e tecnológico da China, convém lembrar que em 1966 ela explodiu a sua terceira bomba atômica, e em 1967, fez explodir a primeira bomba H, lançando também o seu primeiro balístico intercontinental.

A rapidez do avanço nuclear chinês espantou os Estados Unidos, a União Soviética, Japão e a Europa Ocidental, países que ficaram ainda mais perplexos em face da criatividade, da autonomia tecnológica e da capacidade exponencial dos pesquisadores, cientistas e técnicos chineses.

Acentuando que o acordo sino-brasileiro para lançamento de satélites de sensoramento remoto é "histórico e inédito", o Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, esclareceu que o déficit de 40% no orçamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável pela participação brasileira, não afetará o andamento dos trabalhos com os chineses.

Após o final do acordo, todo ciclo tecnológico estará dominado pelos dois países. O Brasil entra com US\$ 45 milhões e a China com US\$ 105 milhões, informou o Ministro, cabendo aos chineses o lançamento do primeiro satélite em 1992; o outro será lançado em 1994, a partir da base de Alcântara.

Além da utilização mútua, os dois países poderão vender os serviços dos satélites a terceiros, cabendo ao Brasil os clientes da América Latina, e à China, os da Ásia. Para o restante do mundo, a divisão será de 30% e 70%, respectivamente.

O CBERS (China-Brasil Earth Resources Satellites) terá órbita sincronizada com a do Sol, ficando em uma altura de 778 quilômetros, e o mesmo nível tecnológico do SPOT, satélite contratado à França pelo Brasil.

A programação da visita à República Popular da China se desenrolou com êxito integral, abrangendo as solenidades e cerimônias oficiais, além de significativos eventos, inclusive o deslocamento para visita à Grande Muralha, à tumba Dingling, ao Museu dos Guerreiros de Teracota, aos Pavilhões arqueológicos, ao Palácio Tang e ao Museu da Província de Shaanxi.

Seria exaustivo e desnecessário relatar todas essas ocorrências, motivo pelo qual desejo apenas, nos concisos limites deste pronunciamento, registrar a histórica viagem do chefe da Nação brasileira, adstrito aos principais acontecimentos transcorridos nas duas maiores metrópoles chinesas, Beijing e Xangai, cada uma das quais, com uma população superior a 12 milhões de habitantes, evidenciam a impressionante vitalidade, a pujança, as potencialidades e o acelerado desenvolvimento da China contemporânea.

Depois de receber, no aeroporto de Beijing, os cumprimentos do Ministro da Indústria Metalúrgica, Senhor Qi Yuanjing e Senhora — acompanhantes oficiais durante a visita a Pequim, das autoridades chinesas e dos funcionários da Embaixada do Brasil —, o Presidente José Sarney e sua comitiva se instalaram na casa de hóspedes e, à tarde, visitaram o Templo do Céu.

No dia seguinte, segunda-feira, 4 de julho, realizaram-se na Praça da Paz Celestial as cerimônias protocolares de execução dos hinos nacionais dos dois países e apresentação das autoridades, tendo os Presidentes Yang Shangkun e José Sarney, seguidos de seus ajudantes-de-ordem, passado em revista a tropa formada.

Encerrado o desfile, o Presidente da República se dirigiu para o Salão Leste do Grande Palácio do Povo, a fim de iniciar as conversações programadas com o Primeiro-Ministro Li Peng.

Na mesma ocasião, os parlamentares integrantes da comitiva presidencial se dirigiram para o Salão Xin Jiang, no Grande Palácio do Povo, para um encontro com os seus colegas chineses, verificando-se o comparecimento do Vice-Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Nacional do Povo, Liao Hang Shung; do Vice-Presidente do Grupo de Amizade Sino-Brasileira, Xin Yun Bei; do Diretor do Departamento de Assuntos Exteriores da Secretaria do Comitê da Assembléia Nacional do Povo, Shi Guo Bao; do Vice-Diretor do Departamento de Assuntos Exteriores da Secretaria do Comitê Permanente, e do intérprete Deng Lan Zhen.

Os Senadores Lourival Baptista e João Medeiros Calmon, e os Deputados Cid Rojas Américo

Carvalho, Gastoni Righi, Ricardo Fiúza, Ruberval Francisco Pilotto e Francisco Amaral representaram o Congresso Nacional, travando um fecundo diálogo a respeito da experiência legislativa e dos assuntos de interesse recíproco.

As demais personalidades componentes da delegação brasileira se desincumbiram com rara competência, das suas atribuições de assessoramento direto ao Chefe da Nação, ou seja, os Ministros das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré; da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira; o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Octávio Júlio Moreira Lima, Ministro da Aeronáutica; o General-de-Divisão Rubens Bayna Denys, Ministro-Chefe do Gabinete Militar; o Ministro da Reforma Agrária Jader Fontenele Barbalho e o Ministro Extraordinário para Assuntos da Irrigação, Vicente Cavalcante Fialho; os Embaixadores Sebastião do Rego Barros, Paulo Pires do Rio, Renato Prado Guimarães, Mauro Mendes de Azevedo, Aluizio Napoleão; o Ministro Júlio Cesar Gomes dos Santos, além dos convidados especiais, Ministros Marcos Vinícius Vilaça e os Drs. José Pinto Serrão e Giovanni Vitorio Bellotti.

Não me seria lícito deixar de mencionar outras personalidades brasileiras que participaram da comitiva presidencial assessorando-a em todos os momentos, entre os quais destaco: Embaixador Paulo da Costa Franco, Ministro Luiz Mattoso Maia Amado, jornalista Carlos Henrique de Almeida Santos, Dr. Joaquim Campelo Marques, Dr. Namir Salek, Secretário Antenor Borgêa, Secretária Sílvia Diniz, Coronel Messias Dias de Araujo, Coronel Expedito Hermes Rego Miranda, Major Ivo Espíndola Bastos, Major Sérgio de Souza Alves, Major-Aviador Cyro Withoef e Gervásio Baptista.

A outorga do Título de Doutor "Honoris Causa" da Universidade de Pequim ao Presidente José Sarney foi uma das mais expressivas cerimônias realizadas no Grande Palácio do Povo, presentes o Ministro da Indústria Metalúrgica Qi Yuanjing e Senhora, os membros da Comitiva brasileira, diretores e funcionários da Universidade de Pequim, onde foram recebidos pelo Reitor Ding Shi Sun. O Vice-Reitor da Universidade, Lo Heo Chai fez uma saudação, seguindo-se a apresentação do homenageado por um dos diretores da Universidade e os agradecimentos do Presidente da República.

Terminada a cerimônia o Presidente da República dirigiu-se ao salão Sichuan onde autografou exemplares da edição chinesa do seu livro "Norte das Águas", dirigindo breves palavras de agradecimentos ao Senhor Du Dao Zhunm e Chen Zhao Chang, titulares da editora que imprimiu o livro.

Em seguida, o Presidente da República foi conduzido ao salão Jiang Su onde pronunciou uma conferência sobre os problemas e as relações sino-brasileiras.

Conviria, a esta altura, destacar além das entrevistas do Presidente José Sarney com o Líder Deng Xiaoping, no dia 5 de julho, pela manhã, e à tarde, com o Secretário do Partido Comunista Chinês Zhao Ziyang, a visita de despedida do Presidente Yang Shang Kun, no dia 6 de julho, quarta-feira, quando se realizou a cerimônia de assinatura de Atos.

A seguir o Presidente da República e comitiva se despediram do Ministro da Siderurgia Qi Yuanjing, das autoridades chinesas e dos funcionários

diplomáticos da Embaixada do Brasil, embarcando para Xian onde foram homenageados com um banquete oferecido pelo governador e pelas autoridades da Província de Shaanxi, e participaram de alguns significativos eventos, tais como exposições arqueológicas e visitas a museus.

De Xian a comitiva presidencial se deslocou para o aeroporto Hongquiao de Shanghai, desembarcando às 17 horas do dia 7 de julho (quinta-feira) quando foram recebidos pelo Prefeito de Xangai, Senhor Zhu Rho Ji e altas autoridades locais, e conduzidas ao Hotel Jinjiang.

À noite o Presidente José Sarney e sua comitiva foram homenageados no Salão de Banquetes do Centro de Exposições de Xangai, a convite do Prefeito da cidade, que saudou os visitantes, tendo o Presidente agradecido o jantar e as homenagens recebidas.

No dia seguinte, sexta-feira, 8 de julho, pela manhã realizou-se a visita ao complexo siderúrgico de Baoshan, tendo o Senhor Zhu En Pei, Vice-Diretor-Geral, depois de uma breve exposição acompanhado dos visitantes, percorrido as instalações do complexo siderúrgico.

Conduzidos pelo Senhor Xie Jun, do Cerimonial Chinês, o Presidente e sua comitiva visitaram à tarde, o Centro Aeroespacial de Xangai, sendo recebidos pelo Senhor Su Shi Kun, Diretor do Centro Aeroespacial, e pelo Senhor Zhan Wen Zhong, Diretor do Instituto de Engenharia e Satélites de Xangai.

À semelhança da visita ao Complexo Siderúrgico de Baoshan, além da exposição sobre a estrutura, o funcionamento e as atividades do Centro Aeroespacial de Xangai, também foram percorridas as suas instalações.

Finalmente encerrou-se, às 20 horas de 8 de julho, no Aeroporto Hong-Quiao, de Xangai, a viagem à República Popular da China, tendo o Presidente José Sarney e sua comitiva regressado ao Brasil via Honolulu e Los Angeles.

Seria oportuno reproduzir, à guisa de conclusão, as declarações do Presidente José Sarney depois do encontro que manteve em Pequim com o Líder Deng Xiaoping, quando asseverou que... "a cooperação aberta entre Pequim e Brasília é um fato de projeção mundial. A China representa na Ásia o que o Brasil representa na América Latina. Ambos são países de grandes territórios, expressivas população, importantes matérias-primas, recursos humanos ponderáveis, extensas fronteiras e um nível equivalente de desenvolvimento tecnológico-industrial. Temos o que oferecer um ao outro e, por via dessa aproximação, vamos tornar possível aos países médios romper a hegemonia dos grandes".

As duas grandes nações estão emergindo rapidamente no cenário mundial, como protagonistas dos respectivos destinos, acelerando um processo irreversível de desenvolvimento crescente e auto-sustentado, a serviço da paz do equilíbrio mundial, e do bem-estar de toda a humanidade.

Considero oportuno a incorporação a este pronunciamento, da palestra proferida pelo Presidente José Sarney, na Universidade de Pequim, intitulada "Ciência e Tecnologia: Patrimônio de Todos — Um Alerta sobre a Utilização Econômica do Saber".

Igualmente parece-me oportuno incorporar as reportagens publicadas no jornal *China Daily*,

dos dias 5 e 6 de julho, abordando aspectos da viagem do Presidente José Sarney.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Palestra proferida pelo Presidente José Sarney na Universidade de Pequim, em 4-7-88 — "Ciência e Tecnologia: Patrimônio de Todos — Um Alerta sobre a Utilização Econômica do Saber".

É um momento marcante em minha vida intelectual falar na Universidade de Pequim.

Fazer algumas reflexões aos que aqui se preparam para a vida e o trabalho, depositária das responsabilidades futuras da grande nação chinesa, em sua trajetória fascinante ao longo da História.

Hoje, a conjugação entre a tradição e a modernidade, o passado e o futuro, a coerência e a reforma.

Presido uma nação que também vive a fase de profundas mudanças.

Luta pelo crescimento econômico e o bem-estar social.

Países como a China e o Brasil tomaram consciência de que a História reclamava uma opção clara e definitiva: ou a comodidade e a segurança imediata do imobilismo, ou os riscos e sacrifícios de uma ação corajosa em busca do novo e do inventivo.

Ou nos resignávamos a legar às próximas gerações sociedades envelhecidas em suas estruturas imersas em frustrações, ou enfrentávamos o desafio do futuro, lidando com realidades.

Há algo de novo debaixo do sol.

A ciência e a tecnologia são tão ou mais importantes, no processo produtivo contemporâneo quanto os recursos naturais, os equipamentos industriais ou a própria mão-de-obra.

O cenário emergente do século XXI será marcado, fundamentalmente, não por uma divisão entre ricos e pobres, mas entre os que dominam o conhecimento especializado e aqueles que não o dominam.

O saber, não apenas o ter, será o critério distintivo das sociedades no próximo milênio.

Pior que o atraso será a colonização cultural, de povos sem acesso ao saber.

A ciência e a tecnologia são importantes assim, hoje, não apenas no nível das políticas nacionais de desenvolvimento, mas igualmente e sobretudo elementos de primeiro plano na configuração das relações internacionais.

É sobre a base desses dois elementos chaves ao progresso econômico e social que deve assentar-se uma fração significativa do relacionamento bilateral entre o Brasil e a China nos próximos anos.

Para juntos, conjugarmos esforços em busca do extraordinário mundo das descobertas, hoje em grande parte monopólio dos países desenvolvidos.

A China e o Brasil são seguramente países muito diferentes, hoje, do que eram em passado ainda recente.

A produção agrícola e industrial, em que pese a diferença de estruturas econômicas, conheceu saltos fantásticos em ambos os países.

As fontes de energia continuaram a se desenvolver, novos meios de transportes integram hoje regiões antes isoladas.

Sistemas modernos de comunicações passaram a alcançar comunidades distantes e os benefícios da saúde e da educação puderam ser estendidos a um número maior de pessoas.

A despeito da forte expansão demográfica experimentada por nossos dois países nos últimos vinte anos, o produto bruto por habitante cresceu praticamente 300% desde a década de sessenta.

O desenvolvimento não é, entretanto, uma estrada uniforme ou desprovida de obstáculos.

A experiência de muitos países em desenvolvimento, nas últimas décadas, tem demonstrado que, apesar da aceleração do crescimento e dos inegáveis avanços na construção da base industrial, tende a persistir uma certa coexistência de métodos diversos de produção e de distribuição, assim como diferenças técnicas, por vezes surpreendente, na forma do homem se relacionar com o meio natural.

Mesmo nações de relativo avanço industrial como o Brasil e a China vêm conviver, lado a lado, a energia nuclear e o carro de bois, a satélite de comunicação e o fogão a lenha.

Altas taxas de crescimento econômico ou a rápida mutação na base produtiva material não são suficientes para garantir a transformação equilibrada de todos os setores da sociedade.

O processo de desenvolvimento é, por sua própria natureza, desigual, trazendo soluções inovadoras a velhos problemas, mas introduzindo ao mesmo tempo novas dificuldades, sem fornecer respostas suscetíveis de serem implementadas em curto prazo.

Enquanto ele aproxima o computador de populações semialfabetizadas e a linguagem informatizada da cultura oral, o desenvolvimento gera descontinuidade e acresceta novas desigualdades econômicas e sociais.

Mas, os países em desenvolvimento não podem esperar pela homogeneização completa de suas estruturas sociais para enfrentar o grande desafio do progresso científico e tecnológico.

Não se conhecem receitas simples para o desenvolvimento e não há que sugerir algum atalho novo nesse difícil caminho que trilhamos com pertinácia.

Um mesmo elemento será instrumental nessa grande tarefa do desenvolvimento, qualquer que seja o caminho escolhido em cada país: quero referir-me ao caráter universal da ciência e da tecnologia.

A China de velha civilização e de cultura milenar, deu à humanidade um número significativo de descobertas e invenções.

A fascinação exercida no Ocidente Medieval a Renascentista pela China Imperial não era devida apenas às fabulosas riquezas de Catai, que sempre atraíram mercadores gananciosos e aventureiros intrépidos, mas resultava igualmente de procedimentos técnicos extraordinários e produtos misteriosos que encantavam povos europeus ainda rudes e tecnologicamente pouco desenvolvidos.

A China foi uma espécie de paradigma da inventividade humana e, até o Século XV, pelo menos, demonstrou ser muito mais eficiente do que as sociedades européias na aplicação do conhecimento do meio ambiente às necessidades práticas do homem.

Foi do Império do Meio que a Europa Medieval herdou uma grande parte de seus conhecimentos técnico-científicos.

Originárias da China são as três maiores inovações dos primórdios da era moderna — a bússola, a pólvora e a imprensa.

Assimiladas, no momento oportuno outros povos em terras distantes, algumas dessas contribuições permitiram que regiões antes desconhecidas fossem incorporadas ao arco de civilização então existente.

A ciência moderna, isto é, a bagagem de conhecimentos acumulada pelo homem sobre a vida e os processos naturais desde o Século XVI pelo menos, deve muito à admirável História da ciência e da tecnologia chinesas.

Seria um erro pretender separar a produção científica das condições sociais que presidem a sua elaboração.

As descobertas e inovações técnicas introduzidas numa determinada sociedade, em certas etapas de seu desenvolvimento histórico, não são apenas o resultado do trabalho de homens geniais ou de sábios isolados em seus laboratórios.

São antes de mais nada, o produto e a expressão de uma cultura e de uma sociedade.

O desenvolvimento econômico e tecnológico de uma dada sociedade não pode assim exercer-se num vácuo social.

Depende de uma série de fatores sociais, culturais, institucionais, econômicos e propriamente científicos.

Estes últimos estão intimamente ligados a uma correta política de formação profissional, tanto no nível de massa como no aperfeiçoamento técnico-sistemático em níveis mais avançados de graduação.

A política de educação desempenha, portanto, o papel verdadeiramente estratégico nos programas de desenvolvimento nacional.

Se os países da Europa Ocidental puderam exercer, durante os últimos quatro séculos e até uma data ainda recente uma hegemonia incontestável sobre as demais regiões do Planeta, foi porque conseguiram estabelecer um "sistema de crescimento" sustentado por constantes processos de inovação.

Esse modo de produzir, que permitiu o desencaixar da revolução industrial e das revoluções científicas que lhe são associadas, só se tomou possível a partir de uma sólida base de conhecimento técnico, difundidos em círculos cada vez mais amplos da população.

O triunfo histórico do que se convencionou chamar de "racionalismo ocidental" pode ser em grande parte atribuído a notável expansão das oportunidades educacionais permitidas pela consolidação dos Estados nacionais nos Séculos XII e XVIII.

E foi a racionalidade científica que permitiu o dinamismo social a competitividade econômica e a eficiência industrial.

O sucesso continuado dessa forma inventiva de produção só se tomou possível graças à institucionalização da pesquisa técnico-científica, não mais em escala industrial, mas já no âmbito dos laboratórios especializados.

Hoje em dia, o sistema industrial passou a depender, cada vez mais, de uma infra-estrutura de conhecimentos e de procedimentos técnicos especializados que estão estreitamente ligados ao

processo da ciência experimental, sob a forma de pesquisa e desenvolvimento.

A integração entre o sistema produtivo e o complexo científico-tecnológico alcança hoje todos os ramos do conhecimento humano e seus efeitos se estendem igualmente a todas as esferas da atividade econômica.

Os países que, como a China e o Brasil aspiram a oferecer a suas populações todos os benefícios do sistema industrial moderno, inclusive participando do comércio mundial de bens e serviços, devem igualmente dominar todas as etapas do processo de elaboração do conhecimento técnico-científico.

O progresso tecnológico não pode ser simplesmente importado: ou ele permeia todas as fases da formação dos recursos humanos num determinado país, ou ele será sempre uma cópia servil de produtos estrangeiros, sem entender-se ao próprio processo de produção.

O Processo histórico da industrialização, têm meados deste século pelo menos, demonstrou que a difusão internacional da tecnologia disponível atuou como importante fator de recuperação para as sociedades que chegaram tardiamente à etapa da modernização.

A vantagem comparativa de muitas dessas experiências nacionais de industrialização tardia constitui-se juntamente na possibilidade de beneficiar-se dos exemplos e dos conhecimentos produzidos pelos pioneiros para o estabelecimento de sistemas produtivos mais modernos e mais eficientes.

Tudo indicaria que outras sociedades poderiam também reproduzir tal experiência.

O mundo de hoje ainda mais interdependente do que há um século, com o incremento global e a interpretação dos mercados.

O desenpenho dos atuais países avançados tende a ficar mais difícil devido a dois fatores:

— a complexidade intrínseca das novas tecnologias e

— a tendência a cercear a difusão do conhecimento tecnológico.

Vou tratar sucessivamente dessas duas questões.

Até finais do século passado, as grandes técnicas da revolução industrial podiam ser consideradas como parte de um estoque comum de conhecimentos colocados à disposição dos países envolvidos na corrida da industrialização.

A incorporação dessas tecnologias ao sistema produtivo industrial não dependia de um pessoal altamente qualificado integralmente dedicado a atividade de pesquisa e de desenvolvimento em nível de laboratório.

Mesmo o volume de recursos financeiros e de meios materiais para a implantação das inovações técnicas não significa uma barreira intransponível para maior parte dos países integrados ao sistema econômico mundial.

Esse antigo modelo de desenvolvimento industrial estava associado a uma fase ainda elementar da relação entre o homem e o mundo natural; tratava-se da transformação de elementos materiais existentes através da utilização da energia em suas diversas formas: energia térmica, os combustíveis fósseis e eletricidade.

A atual etapa de desenvolvimento industrial, ao contrário, confere maior importância à produção

e à manipulação da informação, atribuindo menor peso relativo à energia e à matéria.

O novo sistema industrial se baseia no desenvolvimento de forças produtivas cada vez mais exigentes em elementos imateriais e crescentemente poupadoras de matéria bruta e energia.

O próprio surgimento da energia nuclear — antes mesmo da atual revolução da informação — significou uma transformação fundamental da relação entre as sociedades e o conhecimento tecnológico.

A capacidade científica e técnica associada à possibilidade de utilização de energia nuclear, concentrada em reduzido número de países, representou, na verdade, o estabelecimento de uma nova relação de forças entre as nações, muito mais do que a pólvora o havia feito nos albos da era moderna.

Os países pioneiros na tecnologia nuclear pretenderam mesmo congelar em seu exclusivo benefício a relação de forças então criados.

Seja no setor nuclear, seja no das tecnologias de ponta, as inovações tendem a surgir como resultado de enormes investimentos em pesquisas e desenvolvimento.

A intensificação crescente da utilização de capital na pesquisa científica operacional parece ser uma característica permanente do atual modelo de industrialização e de desenvolvimento econômico.

A desigualdade assim introduzida, na escala mundial, entre os países que podem permitir-se desenvolver pesquisa científica e explorar industrialmente os técnicos dela derivados e os demais países, designados com números dessas novas tecnologias, menos brutal, talvez do que a antiga forma de exploração colonial direta, mas provavelmente mais insidiosa e aguda.

A intensidade tecnológica das indústrias de ponta, bem como o enorme volume de recursos financeiros que elas consomem, parecem pois atuar como uma barreira à difusão universal das novas tecnologias e sua extensão a países relativamente carentes em capital e em recursos humanos.

Mesmo alguns desenvolvidos, mas de menor porte relativo, têm por vezes dificuldades em encontrar fontes adequadas de financiamento para a pesquisa e desenvolvimento nesses novos campos.

Dá a associação e a cooperação em projetos de pesquisa, como é o caso dos programas Eureka e Esprit, da Comunidade Econômica Européia.

Os países em desenvolvimento que, como a China e o Brasil, pretendem dominar todos os aspectos da produção e utilização das novas tecnologias são obrigados a operar uma formidável concentração de recursos em pesquisa e desenvolvimento.

As limitações financeiras e de capital humano que ainda marcam o esforço industrializador em nossos países parecem impor, quase que naturalmente a necessidade de cooperação científica e tecnológica e a busca de associações privilegiadas que mobilizem as melhores capacidades técnicas de cada país em setores selecionados de pesquisa e desenvolvimento.

A complexidade dos sistemas técnicos tomou a inovação uma tarefa essencialmente coletiva.

O inventor está cada vez mais raramente associado a novas fronteiras do conhecimento humano.

Contrariamente à utilização da energia para a transformação da matéria, como se fazia nas fases anteriores da revolução industrial, a elaboração, a transferência, o tratamento e utilização da informação, que passaram a caracterizar o cenário tecnológico deste final de século, superam as possibilidades do pesquisador isolado.

Mais ainda, a pesquisa científica e a inovação técnica tomaram-se tão solidárias uma da outra que tendem a diluir-se as antigas distinções entre pesquisa fundamental e pesquisa operacional.

A evolução tecnológica depende tanto do laboratório como da fábrica, da universidade como da empresa, dos cientistas e administradores individuais como do Estado.

O reconhecimento dessa simbiose toma ainda mais imperativa a necessidade de cooperação entre países que partilham da mesma preocupação quanto aos rumos do desenvolvimento tecnológico futuro da humanidade.

Há necessidade, dado o caráter universal da ciência e da tecnologia, de que a racionalidade científica rompa as barreiras linguísticas e as fronteiras políticas.

O trabalho científico foi sempre concebido como independente de opções políticas ou de preocupações econômicas, voltado primordialmente para as necessidades da humanidade como um todo.

Cabe interrogar sobre a significação dessa "universalização da ciência", em face da estrutura atual da pesquisa científica em nível mundial e das técnicas visíveis quanto à possibilidade de difusão irrestrita dos conhecimentos produzidos pelos cientistas.

Essa questão está ligada às restrições que se manifestam em alguns círculos à difusão dos conhecimentos elaborados nos laboratórios financiados pelo setor público.

Em outros termos: pretende-se que o universal deixe de ser universal.

Tradicionalmente, a cooperação nos meios científicos se faz não apenas através do intercâmbio de informações durante colóquios e seminários e pela divulgação de pesquisas em periódicos e publicações especializadas, mas também por meio do acesso dos cientistas aos laboratórios de seus colegas, sobretudo aqueles dos centros mais avançados.

O desenvolvimento extraordinário da informática e da telemática significa ao mesmo tempo que um número cada vez maior de cientistas que trabalham nos lugares mais distantes do planeta poderiam, em princípio, passar a ter acesso imediato ao estoque mundial de conhecimentos científicos.

Estariamos, assim, no limiar de uma transformação, que reproduziria desta vez, em escala planetária, o fenômeno de expansão cultural que a difusão da imprensa representou para a Europa do Século XV.

Entretanto, não é só isso que está ocorrendo. Atualmente, as restrições de natureza política ou ideológica já observadas no passado tendem a ser reforçadas, quando não superadas, pelas considerações de natureza econômica ou comercial.

Não se deve por certo esquecer que a pesquisa científica e tecnológica apresenta custos cada vez mais elevados.

Mas, uma fobia do cerceamento exagerado dos fluxos de informação científica pode agir em detrimento das próprias políticas nacionais de desenvolvimento tecnológico, já que a restrição ao intercâmbio transfronteiriço de dados tende a diminuir os insumos colocados à disposição dos pesquisadores.

Enfim, o caminho das descobertas científicas e tecnológicas que no passado foram bens da humanidade, tendem no presente, sob o argumento da "confidencialidade", a legitimar o modelo do "segredo comercial", como se este conceito devesse passar do plano das empresas privadas ao nível das relações entre Estados.

Em outros termos, haveria transporte e não transferência de tecnologia.

Como já se disse tantas vezes, as leis que presidem a elaboração da ciência são universais, como universal é o próprio conhecimento científico.

Não são universais porém todas as outras condições que servem a elaboração ou operacionalização do conhecimento científico: pessoal qualificado, instituições de pesquisa, laboratórios, universidades, registro e circulação da informação científica.

Esses elementos têm necessariamente de fazer parte do patrimônio de um país se este pretende

aceder às etapas mais avançadas dessa informação.

A China e o Brasil, devido a características próprias em termos de espaço, recursos naturais e população, são países em desenvolvimento que dispõem como poucos, da capacidade de dominar uma vasta gama de elementos do sistema técnico contemporâneo.

Nossos países já se lançaram à conquista dos setores estratégicos de alta tecnologia: energia nuclear, foguetes e vetores de lançamento, indústria aeronáutica, telecomunicações, biotecnologia, microeletrônica e outros mais.

O mundo do Século XXI será o mundo da grande transformação pelos avanços da ciência e tecnologia.

Ela acabará com o pessimismo.

Já não há o espectro de um planeta exaurido; mais de um homem no primeiro dia da terra, transpondo montanhas, modificando os meios de produção, viajando às profundidades de todas as leis da criação, pela mágica do conhecimento.

Não haverá barreiras para o saber.

Ele viajará para descobertas de energia, materiais, processos, fontes de abastecimento, criando amplas e novas perspectivas para melhorar a vida.

Cabe-nos manter valores que não podem ser destruídos, da identidade cultural, do meio ambiente, dos tesouros culturais.

Será esse mundo transformado ao qual nós temos de ter acesso.

Brasil e China são países semelhantes: território, produção industrial, inconformidade com o imobilismo, certeza do nosso espaço, recursos naturais e humanos.

Vamos reunir esforços para juntos dominar tecnologias, romper monopólios e estender a mão aos nossos irmãos mais pobres.

Todos somos passageiros da grande aventura do homem.

Somos todos um só: povos e raças, natureza.

O saber, portanto, tem que ser universal.

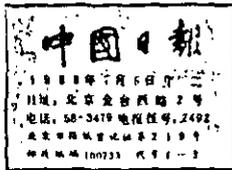
Ele é um patrimônio que nos veio de herança pela existência do gênero humano.

Chegou a hora de resistir às hegemonias.

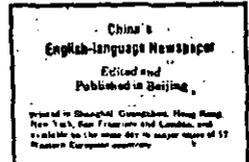
Brasil e China poderão dar um grande exemplo à humanidade.

É um grande passo.

Muito obrigado.



CHINA DAILY



Vol. 8 No. 2164 • Tuesday, July 5, 1988 • 2 Jintai Xilu, Beijing • Tel. 583479 • Telex: 22022 CNDY CN • Price: 15 fen; 20 fen (airmail)

China and Brazil stress science, trade co-operation

by our staff reporter
Guo Zhongshi

Top Chinese and Brazilian leaders yesterday positively evaluated bilateral relations and stressed scientific and technological co-operation.

In talks with Brazilian President Jose Sarney, who arrived in Beijing on Sunday for a six-day official visit to China, Chinese Premier Li Peng said developing countries should step up scientific and technological co-operation among themselves besides co-operating with developed countries.

"China and Brazil enjoy good scientific and technological co-operative ties and the two countries could join efforts in conducting many concrete projects," Li said.

Sarney is the first Brazilian head of state to come to China. During his trip, the two governments will sign several co-operation accords, including one aimed at breaking into the small circle of nations with advanced satellite technology.

The two countries are expected to launch their first joint satellite,

which would be used for monitoring crops and mapping natural resources in China and Brazil.

Sarney told Li that the two countries boast a wide area of technological co-operation and should link hands in scientific exploration on an equal basis.

"Modern technology should not only be used by developed countries," Sarney said. "The large number of developing countries should make joint efforts in mastering advanced science and technology."

Earlier yesterday, Chinese President Yang Shangkun held a welcoming ceremony for Sarney. In a brief meeting after the ceremony, the Chinese President told Sarney that China and Brazil have much in common as they are both large, developing countries which have rich resources and follow similar paths of development.

Yang, who earlier had suffered a minor cold and was told by his doctor to refrain from excessive activities, looked fully recovered. He said China is devoting full strength to economic development. This includes the improvement of the country's economic and political systems and opening wider to

developing countries as well as developed nations.

He told Sarney that China welcomes any effort made by Brazil to help China's construction and expressed the belief that Sarney's visit will further Sino-Brazilian relations in political, economic, cultural, scientific and technological and educational fields.

Sarney said the purpose of his visit was "to cement existing friendly ties with China and open up new channels for co-operation."

Measures

"Brazil and China, which are on approximately the same level of industrial development, should provide for each other's needs and make joint efforts in overcoming problems we have encountered," Sarney said. He added that Brazil is willing to supply China with whatever that is useful to the country.

Touching upon bilateral trade in their talks, Sarney and Premier Li agreed that both should take measures to solve the present trade imbalance. The balance is now in Brazil's favour.

CHINA DAILY



China's
English-language Newspaper
Established in Beijing
Printed in Shanghai
Distributed in Beijing, Hong Kong, New York, San Francisco and London, and available on the other days in these cities at the same price as this issue.

Vol. 8 No. 2165 • Wednesday, July 6, 1988 • 2 Jintai Xilu, Beijing • Tel: 563479 Telex: 22022 CNDY CN • Price: 15 fen, 20 fen (airmail)

Deng stresses Third World co-operation

by our staff reporter
Guo Zhongshi

Senior Chinese leader Deng Xiaoping said yesterday that China regards its own development as a major contribution to mankind and a way of maintaining international peace.

But the country is yet to accomplish this historic task, said 84-year-old Deng.

Deng told visiting Brazilian President Jose Sarney, the first Brazilian head of state to visit China since the two countries established diplomatic ties in 1975, that China and Brazil had undergone similar experiences, in that both had suffered from foreign invasion and exploitation.

"We must rely on our own efforts in the attempt to contribute to mankind. The Third World countries should step up their co-operation because we have the

same historic position and responsibility," Deng said.

Sarney, currently on a six-day official visit to China, said that he fully agreed with Deng's view, adding that there are no problems or obstacles existing in Sino-Brazilian ties.

Deng said that world war does not seem likely in the near future. "We should grasp this opportunity to overcome difficulties and further our development," he said, adding that developing countries are backward in some ways, but not in every way.

Sarney congratulated China on its present policies and said socialism with Chinese characteristics is a new concept. If the importance of China and its modernization drive is ignored, Sarney said, the "Pacific Century" would be out of the question.

The physical distance between the two countries would not be a

restraining factor in the formation of bilateral ties, Deng said. "We both have our own sets of advantages, and Brazil has better conditions than we do. The difficulties we both face now come from our poor starting positions," he added.

The Brazilian leader described Deng as one who has put forward the contemporary theory of reform, and said he was pleased to see Deng in good health.

Deng, chairman of the Central Military Commission, said that every summer he would go swimming in the sea for a month and a half. "As summer is here, it's time for me to go to the beach again," he said.

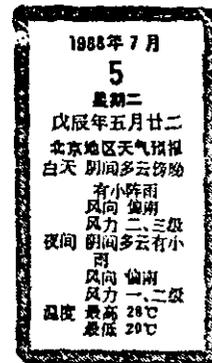
Zhao Ziyang, General Secretary of the Chinese Communist Party Central Committee, and visiting Brazilian President conferred on strengthening bilateral friendly and co-operative relations during their meeting in Beijing yesterday.



人民日报

RENMIN RIBAO

第74605期 (代号1-1)



人民日报社出版

杨主席举行仪式宴会欢迎萨尔内总统

李鹏同萨尔内会谈 两国合作关系进入新阶段

本报北京7月4日讯 国家主席杨尚昆今天上午在人民大会堂东门外广场主持仪式，隆重欢迎萨尔内总统和夫人访华。萨尔内在杨尚昆陪同下检阅了中国人民解放军三军仪仗队。300名青少年载歌载舞，向远道而来的南美洲贵宾致意。

全国人大常委会副委员长廖汉生以及萨尔内总统的主要随行人员参加了欢迎仪式。

欢迎仪式后，杨尚昆在人民大会堂会见了萨尔内和夫人，代表中国政府和人民对巴西贵宾表示热烈欢迎，宾主进行了亲切友好的交谈。

本报北京7月4日讯 记者李景卫报道：杨尚昆主席今天晚上在人民大会堂举行宴会，热烈欢迎应邀来我国进行国事访问的巴西总统萨尔内和夫人以及其他巴西贵宾。

杨尚昆在祝酒辞中说，在萨尔内总统领导下，巴西目前对内致力于巩固宪制和振兴经济，对外奉行独立自主的外交政策，取得了可喜的成就。我们对此感到由衷的高兴，并祝愿巴西政府和人民在前进的道路上不断取得新成就。

他说，中、巴两国在政治、经济、文化、科技等领域的友好合作关系已进入稳定发展的新阶段。他相信，萨尔内总统的这次访问必将为促进两国关系的全面发展作出新贡献。

他说，我们对拉美国家在加强内部团结与合作、促进地区一体化方面所取得的进展感到十分高兴，把它看作南南合作的重要组成部分。中国将一如既往，本着“和平友好、互相支持、平等互利、共同发展”的原则，努力加强同拉美国家的友好合作关系。

杨尚昆指出，我国实行改革开放政策以来，已经取得了巨大的成就。目前，我国的经济体制改革已进入物价和工资制度改革的关键时期。在理顺物价和工资关系之后，新的经济体制就将在全国建立起来，为我国在本世纪末达到小康水平并在下个世纪中叶达到中等发达国家水平创造有利的条件，也将为中国同包括巴西在内的世界各国经济贸易关系的进一步发展开辟广阔的前景。

萨尔内总统在祝酒辞中说，改革和开放政策是中国为全世界树立的有远见的范例。

它表明，正在革新的中国并没有丢掉其传统的精神。

他说，我们要在坦率和自由的合作中，把我们合作的一切潜力都加以利用。我们之间关系的重点之一是加强科技合作，不但要扩大交流两国在传统科学应用领域中积累的经验，更要交流在先进技术领域的经验。

萨尔内表示相信，今后中、巴两国的关系还将取得重大的进展。两国还将为改善国际秩序做出贡献。

全国人大常委会副委员长廖汉生、国务院副总理吴学谦、国务委员邹家华以及陪同萨尔内总统来访的巴西政府官员、国会议员等出席了宴会。

本报北京7月4日讯 记者李景卫报道：国务院总理李鹏同巴西总统萨尔内今天上午在人民大会堂举行会谈。双方认为，两国在贸易问题上应该向前看，采取措施，共同找出解决贸易不平衡问题的办法。

会谈中，宾主对两国友好关系作了积极的评价，并就发展两国贸易和科技合作进行了积极、具体的讨论。双方一致认为，从中期、长期来说，两

国贸易应该达到平衡。

李鹏总理说，除了和发达国家进行科技合作外，发展中国家之间也应该开展科技合作。中国和巴西之间的科技合作关系是比较好的。双方在大的方针确定后，可以多做一些具体事情。

双方还就当前国际形势和一些重大国际问题交换了看法。

李鹏说，当前国际形势出现了一些值得欢迎的缓和趋势，但是还存在着潜在的危机，表现在两个方面：一是两个超级大国的军备竞赛向高技术发展；二是还有很多热点。如果处理不好就会加剧紧张局势。

他说，我们不赞成由两个超级大国，或者是两个大国集团控制世界事务。我们主张各国人民用自己的力量保卫世界和平。

萨尔内向李鹏介绍了巴西对裁军问题的立场。他强调应该加强国际讲坛，加强联合国和安理会的作用。

外交部长钱其琛、冶金工业部部长戚元靖等参加了会谈。

我外交部发言人发表谈话 谴责美国击落伊朗客机

新华社北京7月4日电 外交部发言人今天就美国军舰用导弹击落伊朗民用客机一事发表谈话，全文如下：

“我们对美国军舰在海湾地区用导弹击落伊朗民用客机，致使290名机上人员丧生一事表示震惊。我们谴责这一行径，对死难者表示哀悼。

“我们重申中国政府反对大国在海湾地区的军事卷入。这种卷入无助于海湾地区的和平与稳定。我们希望两伊战争能尽早和平解决。”

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PMB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a revista *Veja*, de vinte de julho de 1988 (nº 29 — ano 20), em suas páginas amarelas, trouxe uma importante entrevista do jovem empresário, Ricardo Semler, de 28 anos, formado em Direito, e dono da empresa Semco.

O importante da entrevista é a análise realista que faz do empresário e empresariado brasileiro.

A crise econômico-financeira está aí, a inflação galopante devorando tudo e o jovem empresário não se abala, age em suas empresas como um destemido timoneiro em meio à cerração.

Aos vinte e dois anos herdou da família a empresa Semco, uma indústria de equipamentos navais, que estava à beira da falência. Era uma empresa familiar, com parentes e amigos na direção e nos cargos de confiança. Justamente por isso, parece, a empresa não tinha pernas para andar.

Demitiu todos os parentes e amigos e introduziu métodos modernos de gerência. O resultado não se fez esperar. Hoje é possuidor de quatro fábricas com quatro milhões de dólares de lucro previsto para 88, conta com 1.000 operários; em 1982 eram 100, quando a empresa estava à beira do colapso. Seus 1.000 operários têm participação nos lucros da empresa e as portas de suas fábricas estão abertas aos sindicatos.

Analisando os setores sociais do País, constatou que o mais atrasado é o empresariado nacional. Atrasado nos métodos de gestão, na capacidade tecnológica, na administração dos recursos humanos. Aprofundando sua análise, diz que o empresariado nacional sempre agiu em condições confortáveis, com boas margens de lucro e sempre sob a proteção do Governo.

O capitalismo é um sistema de risco. Arrisca o emprego do capital. O empreendimento que se tenta pode ou não dar certo. Daí o risco. Em contrapartida ao risco, o capitalista quer o lucro, o que é certo, o que é saudável. Mas o empresário, continua ele, não quer correr risco, por isso vive sempre à sombra do Governo, buscando lucro sempre maior, em grande escala. Comparando o empresário brasileiro com os de países em desenvolvimento da Ásia e da Espanha, sentimo-lo despreparado, diz ele. À menor dificuldade, vai depressa bater às portas do BNDES em busca

de socorro, ou vai atrás de ministro amigo tentando uma linha de crédito.

Quem fala pelo empresário é a Fiesp, afirma essencialmente reacionária, refletindo muito bem o conservadorismo de homens de nossas empresas. Pois a Fiesp, continua, nada quer mais que conservar o que foi acumulado de riqueza, a duras penas e através de famílias. E quer manter também um ambiente propício para que essa acumulação de riquezas permaneça.

É assim que pensa, diz Ricardo Semler, o grande empresário, como o pequeno e o médio. Estes têm como ideal amealhar e passar o que adquiriu aos filhos. Está aí o conservadorismo da Fiesp.

Continuando sua análise, afirma que o conservadorismo de nosso empresariado tem raízes históricas. No passado nossos homens de empresas nada mais fizeram que manter ligações com o coronelismo político e conúbio incestuoso com o Governo.

E suspira por libertar o empresariado nacional de seu conservadorismo estúpido e liberar as empresas de seus laços familiares, laços esses que podem levar a empresa à falência, pois nem sempre a competência faz parte dos laços de família. Esses laços familiares podem levar a empresa à incompetência, mal que grassa em nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, achei o pronunciamento do empresário Ricardo Semler de tal relevância que peço a V. Exª que sua entrevista seja transcrita em nossos anais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

Entrevista: **Ricardo Semler**

O PATRÃO REBELDE

O industrial autor de um best-seller diz que os empresários são o setor mais atrasado da sociedade e aponta Felipe Gonzáles como exemplo para o país

Por **Fernando Pacheco Jordão**

“Alguém precisa acordar os empresários do Brasil, acostumados a herdar indústrias que passam de pai para filho — o que é uma delícia —, para adverti-los de que suas empresas desaparecerão em dez ou vinte anos se não se modernizarem e não se prepararem para competir”. O autor da frase é o paulista Ricardo Semler, um

jovem de 28 anos, que aos 22, recém-formado em Direito, herdou uma pequena indústria de equipamentos navais, a Semco, demitiu todos os parentes e amigos da família que a dirigiam, introduziu métodos modernos de gerência e hoje se gaba de comandar um conjunto de oito fábricas com uma perspectiva de 4 milhões de dólares de lucro para este ano. Pela primeira vez, seus quase 1.000 operários — eram apenas 100 em 1982, quando a empresa estava à beira de um colapso — terão participação nos lucros, um dos 29 pontos de um rol de inovações que Semler adotou.

Na fábrica, ele acabou com a revista dos operários ao final do expediente, estimulou cada um a pintar a seu gosto a máquina em que trabalha, aboliu expedientes burocráticos inúteis, permitiu a criação de comissões de fábrica e abriu as portas aos sindicatos — uma experiência que, em abril, ele colocou num livro cheio de humor e irreverência, virando a própria mesa, há onze semanas na lista dos dez mais vendidos em todo o país. “O empresário nacional se esconde atrás da saia do governo quando convém e investe contra o Estado quando há aumento de impostos. Confia apenas em si mesmo e em Deus, nesta ordem”, diz ele, entre outras cutucadas fortes num empresário que ainda se vale de baixos salários e da proteção do Estado como dois de seus maiores trunfos. “Cada um está cuidando do seu próprio umbigo”, ataca Semler. Na semana passada, recém-chegado de uma viagem de dois meses, na qual refez todo o roteiro de Marco Polo para chegar até a China, entrando pela fronteira do Himalaia, o industrial concedeu esta entrevista a *VEJA*.

Estamos habituados ao mercadinho protegido

VEJA — O empresário brasileiro está mudando sua maneira de agir?

Semler — De todos os setores sociais do país, o empresariado é o mais atrasado. É um setor que cresceu em condições sempre confortáveis, com boas margens de lucro, sob a proteção do Estado e não percebe como as condições hoje são diferentes — quando se compara o Brasil, por exemplo, com os países em desenvolvimento da Ásia ou com a Espanha. Comparado com o empresariado desses países, o brasileiro é absolutamente despreparado.

VEJA — Em que o empresariado brasileiro é atrasado?

Semler — Ele é atrasado nos métodos de gestão, na capacidade tecnológica e na administração dos recursos humanos. Por isso, o empresário brasileiro tem dificuldade de se adaptar a um mundo mais globalizado, onde precisa enfrentar a concorrência. Aqui, ele está habituado a uma situação do passado, que é o mercadinho exclusivamente brasileiro, garantido e protegido.

VEJA — Não há exceções?

Semler — As exceções são a meia dúzia de empresas que exporta e consegue ser competitiva no exterior. Mas a maior parte atua ainda com a mentalidade de um maxicartório. À menor dificuldade, corre-se ao BNDES para pedir socorro ou se consegue uma linha de crédito com um ministro amigo, como está acontecendo agora, de novo, com a Transbrasil.

VEJA — *A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, reflete o pensamento do empresariado?*

Semler — A Fiesp reflete o conservadorismo do empresariado. O que ela quer é conservar o que foi acumulado de riqueza, a duras penas e através de famílias e gerações, e manter um ambiente propício para que essa acumulação continue. Mas precisa mudar, também. A Fiesp, da qual eu também faço parte, está passando pela mesma situação por que o Governo Figueiredo — uma situação em que ela precisa se abrir a opiniões diferentes e viver um processo de democratização.

VEJA — *A força de mudança estaria nos pequenos e médios empresários?*

Semler — Não. Aliás, não consigo me identificar com o pequeno e médio empresário, um ser inominado que não aparece nunca e não diz o que pensa. Acho que ele quer apenas acumular riqueza e passá-la aos filhos. Se é isto, ele está muito mais afinado com o conservadorismo dentro da Fiesp.

VEJA — *Por que prevalece essa mentalidade atrasada?*

Semler — Essa mentalidade vem do passado, da própria formação do empresariado, marcado pelo conservadorismo, pelas ligações com o coronelismo político e pelas relações incestuosas com o governo. Isto ficou muito claro na Constituição. O empresariado não participou com uma mentalidade mais aberta, mais moderna, querendo criar um país melhor. O que ele mostrou foi medo de perder o que conquistou e por isso só agiu quando percebeu que já tinham sido aprovados muitos artigos contra os seus interesses.

Um pouco de Suécia aqui, um pouco de Índia ali

VEJA — *Por que os empresários não intervieram antes?*

Semler — Porque confiaram nas táticas tradicionais, que eram de ficar sentados em suas empresas à espera de que o governo ou os constituintes viessem perguntar o que eles queriam. Não perceberam que isto acabou. O resultado é que, como os deputados mais conservadores e de direita viajavam para descansar nos fins de semana, o PT, que não sai da Constituinte nem para comer sanduíche, conseguia aprovar tudo.

VEJA — *O senhor também quer suprimir os artigos no capítulo da Ordem Social que os empresários estão combatendo?*

Semler — O empresário, por ser conservador, é contrário naturalmente a qualquer modificação, especialmente às que acrescem o custo de seu produto. Mas a teoria de que é preciso esperar porque o Brasil não está pronto para as mudanças é completamente furada. O Brasil tem que ir avançando pouco a pouco. A Constituinte está refletindo um represamento de vinte e poucos anos e por isso não sai gradual e moderada. Existem certos itens que não são muito razoáveis.

VEJA — *Quais?*

Semler — Essa questão da jornada de trabalho com 6 horas, por exemplo — o turno é muito

curto. Queremos pegar um pedacinho da Suécia e dizer: "Vamos pôr esse pedacinho aqui. Ali pode ser a Índia". Isso é preocupante. Mas ficar brigando por causa da licença-paternidade, por exemplo, é uma bobagem.

VEJA — *Foram feitos cálculos na sua empresa de quanto a ampliação da licença-maternidade, a criação da licença-paternidade e a redução da jornada de trabalho podem significar em termos de aumento de custo?*

Semler — Nosso aumento de custo é zero nos três itens. Nossa jornada de trabalho já é menor do que 44 horas semanais, nossas mulheres têm facilidades adicionais na maternidade e já existe a licença-paternidade na empresa há muito tempo, só que com menos dias do que prevê a Constituinte — é de cinco dias corridos. Foi uma reivindicação de algumas mulheres, originalmente, que adotamos há três anos por uma questão de bom senso. Acharmos que o nascimento de um filho é um momento importante o suficiente para o homem ficar dois, três, quatro dias fora. O curioso é que a maior parte dos nossos homens, na prática, não faz uso do tempo integral da licença-paternidade. A maioria volta no segundo ou no terceiro dia.

VEJA — *Esse artigo deveria ser suprimido da nova Constituição?*

Semler — Eu acho um absurdo que a licença-paternidade seja colocada na Constituição, mas acho também que o barulho que fazem a respeito da Ordem Social é descabido. Existe uma tentativa de encontrar pretextos para ridicularizar o trabalho da Constituinte. No fundo, a mensagem desses críticos é esta: "Esta Constituição não vale nada, vamos escrever uma outra que seja mais de direita".

VEJA — *A Constituição é de esquerda?*

Semler — Eu acho que não é. O discurso da direita é que a põe à esquerda demais. Ela é uma Constituição de centro-esquerda se comparada com o resto do mundo. É apenas 3 graus à esquerda, mas o suficiente para a direita ficar neurótica.

VEJA — *Existe hoje uma geração de empresários que pensa como o senhor?*

Semler — Existem exemplos isolados, mas uma geração acho que não. Fiz várias palestras para grupos de 200 e 300 herdeiros de empresas grandes e fiquei bastante desanimado. Senti que a maioria deles tem como aspiração ser igual ao pai — então, a possibilidade de mudança é pequena. Na sucessão de muitas empresas brasileiras, quem está assumindo assume com a aspiração e cuidado de não ser considerado inferior ao pai, com a proteção de ser igual ao pai e não criar nenhuma confusão. Isso certamente cria um atraso de capacitação enorme.

VEJA — *O senhor teve uma formação para ser igual ao seu pai?*

Semler — Acho que sim. A expectativa era que eu fosse o número 2 e, na medida em que meu pai fosse se aposentando, tomasse o seu lugar e criasse a empresa para os meus filhos. Não acontece nada disso.

VEJA — *O senhor entrou em conflito com a família?*

Semler — Sim. A família via a empresa como uma extensão de seu próprio patrimônio, portanto ligava as contas da empresa com as contas da família. Assim, as pessoas com cargos de confiança e de direção tinham que ser ligadas sentimentalmente à família — como, aliás acontece em quase todas as empresas familiares. Eu reconhecia uma empresa onde não houvesse envolvimento da família e que fosse absolutamente profissionalizada — e isso causou, obviamente, uma diferença muito grande de opinião. Quando assumi a empresa, saíram todos. Todo mundo foi dispensado numa sexta-feira à tarde. Hoje eu iria mais devagar.

Não vamos considerar a greve uma afronta

VEJA — *Dentro da sua concepção da condução da empresa e política salarial quem é o seu guru?*

Semler — Quem está mais perto de ser o meu guru é o primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzáles, que está conseguindo conciliar as necessidades capitalistas com os programas de abertura com o socialismo.

VEJA — *O senhor tem afinidade ideológica com Felipe Gonzáles?*

Semler — Em parte, mas não no sentido de dizer que ele é um socialista puro, mesmo porque essa classificação já não faz muito sentido. Gonzáles é um homem que levou em conta as necessidades capitalistas de crescimento da economia espanhola e melhorou muito a situação do país. Ao mesmo tempo, ele conseguiu ter credibilidade junto aos trabalhadores, coisa que o nosso governo não tem e dificilmente terá. E está dando passos em direção à socialização, e portanto à redistribuição, de algumas coisas às quais os trabalhadores hoje não têm acesso.

VEJA — *Qual é a sua relação com o movimento sindical?*

Semler — O movimento sindical brasileiro é o único agente de mudança importante que aconteceu neste século, como foi no século passado na Inglaterra e nos Estados Unidos. Acho que dialogar e encontrar um caminho de abertura, fraqueza e transparência com o sindicato é absolutamente essencial. Isso não quer dizer que não estejamos sujeitos a uma greve amanhã ou que vamos considerar uma greve uma afronta. Quanto mais nossos funcionários tomarem decisões livres, mais nós lidamos com pessoas adultas, em vez de ficar tratando todo mundo como criança ou como adolescente.

Tomar o poder é uma conversa difícil

VEJA — *O senhor tem medo da ação dos sindicatos?*

Semler — Há uma diferença grande entre o sindicalismo de resultados, que procura obter vantagens dentro do capitalismo, e o sindicalismo da CUT, cujo objetivo é tomar o poder político e socializar a economia. Acho que é sadio para o Brasil ter partidos e linhas políticas com visões diferentes de como deve ser o país e qual o sistema. Eu não tenho nenhum medo disso. Acho que o erro dos empresários é esse medo do ver-

melho — a idéia de que os comunistas vão se infiltrar e tomar as fábricas deles. Nada disso é verdade. Isso é uma histeria coletiva criada pelos próprios empresários para se assustarem uns aos outros, provocarem reações e matarem o mal pela raiz. Mas é desnecessária.

VEJA — Que linha de sindicalismo o senhor sente hoje que ocupa mais espaço?

Semler — Na minha empresa é o sindicalismo de resultados, porque é uma visão mais de curto prazo. Não é fácil convencer o operário de que é preciso lutar para daqui a dez ou quinze anos tomar o poder e tomar a fábrica. É uma conversa meio difícil para quem não sabe como pagar as contas no final do mês.

VEJA — Qual é o pior inimigo do Brasil?

Semler — A incompetência. Se houvesse incompetência aliada à honestidade, como acho que houve no caso do Dilon Funaro e do Bresser Pereira, quando passaram pelo Ministério da Fazenda, ela é mais aceitável. Outro problema grande situado no mesmo nível é a competência na desonestidade. Os nossos políticos são muito competentes na desonestidade.

VEJA — Qual sua opinião sobre a nova política industrial anunciada pelo governo?

Semler — O caminho genérico, conceitual, é razoável. Ou seja, é correto dizer que a política de substituição de importações acabou, que o Brasil precisa ser competente a nível internacional e que é preciso diminuir lentamente as tarifas para pressionar as empresas a se digladiarem com o mundo moderno como ele existe lá fora. Mas fazer isso e manter a Secretaria Especial de Informática, SEI, com uma política tecnológica própria, que não bate com essa política industrial, é tapar o sol com a peneira. A mesma coisa acontece com as Zonas de Processamento de Exportações, ZPE, que são uma tentativa de cair num escravismo, num coronelismo antigo, que é de onde veio a indústria brasileira. Emprestam-se um terreno e uns escravinhos para você fazer seu produto e exportar para o resto do mundo por um bom preço. É uma mentalidade retrógrada.

VEJA — O senhor é uma pessoa rica. Que bens o senhor possui?

Semler — Muito pouco. Eu já nasci bem de vida, talvez por isto o dinheiro nunca foi uma grande preocupação. A casa onde moro é alugada e tenho um carro, mas não tenho motorista. Não tenho iate, nem avião, nunca vou ter. Às vezes compro algumas coisas quando viajo — quadros e tapetes. Inclusive os dois últimos tapetes persas que tive os meus cachorros comeram inteiros. Não tenho muito apego ao dinheiro.

VEJA — O senhor já teve alguma participação política?

Semler — Em termos de partido não. Mas sempre tomei posições políticas. Estive, por exemplo, nos comícios pelas eleições diretas, em 1984, em São Paulo. Eu acho que sair para a política deve ser uma decisão de profissão, uma decisão de vida, de opção. Eu não iria para a política para ser secretário de uma coisa ou outra. Sofreria muita intempérie que não vale a pena.

VEJA — O senhor costuma financiar partidos ou candidatos?

Semler — Eu cheguei a dar contribuições isoladas ao PMDB e ao PT, porque eram os partidos que eu achava que precisavam na época conquistar sua estrutura.

VEJA — No quadro político atual, a que partido o senhor se filiaría?

Semler — Se fosse me filiar, me filiaría ao Tucano, que é o que me dá mais simpatia. É um dos poucos partidos em que o programa e as pessoas são muito parecidos, pelo menos por enquanto.

VEJA — Qual a sua opinião sobre os políticos que têm sido citados como possíveis candidatos a Presidente da República?

Semler — Jânio Quadros é um instável. Ele é muito perigoso. Brizola não é do meu agrado porque tem um populismo que não me convence. Quércia é um Maluf Júnior. Maluf é representativo de uma era que acabou. Antonio Ermírio é uma pessoa de extrema boa-fé que tem a disposição de fazer as mudanças mas não está disposto a pagar o preço. O Lula mistura de uma maneira interessante uma ingenuidade ideológica com uma certa malícia prática que ele está adquirindo. Fernando Henrique é um homem do futuro — tentando aprender a vida pragmática num País tão corrompido como este para um acadêmico puro como ele. Covas é um político mais tarimbado. Tem o grau de malícia suficiente misturado com boas intenções para fazê-lo um bom candidato. Se tivesse de votar para presidente seria Covas ou Fernando Henrique.

Política interessa, mas para ser Presidente

VEJA — O senhor é candidato a quê?

Semler — Por enquanto a nada. Esse processo não foi tão da noite para o dia como parece. Foi gradual. Fiz 110 seminários no ano passado. Então é uma coisa que vem vindo, é gradual e portanto não é montagem de candidatura nenhuma. O Brasil tem excesso de candidatos.

VEJA — Mas o senhor tem ambições políticas?

Semler — Bem específicas. Eu acho que quando você tem um passado empresarial relativamente bem-sucedido não deve sair para política pegar um pequeno cargo. Como disse um dos conselheiros da minha empresa: "Você deve entrar para a política para ser Presidente da República, não menos". E eu não vou dar esse pulo com tanta facilidade. Eu não sairia da empresa para pegar um pequeno cargo, fazer alguma coisa política. Isso não me interessa. A decisão de abandonar tudo e entrar na política certamente não seria hoje.

VEJA, 20 DE JULHO, 1988

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Continua repercutindo intensamente no Nordeste o decreto-lei do Presidente José Sarney instituindo as Zonas de Processamento de Exportação naquela região, sendo numerosas as entida-

des que já se dirigiram ao Chefe da Nação aplaudindo a sua iniciativa.

Tendo seguidas vezes trazido o assunto a debate nesta tribuna, inclusive apresentando emenda ao Ato das Disposições Transitórias para garantir, no prazo de 180 dias, a implantação das ZPEs, fui alvo, no último fim de semana, de sucessivas interpelações sobre o andamento das medidas decorrentes do ato presidencial.

Aliás, cerca de 30 entidades de classe dirigiram ao Primeiro-Mandatário do País um telex, vazado nos seguintes termos:

"Exmo. Senhor Senador Mauro Benevides Senado Federal Brasília — DF

Para conhecimento de V. Ex.^a, a Associação Comercial do Ceará tem a satisfação de reproduzir, como se segue, telex que as entidades empresariais deste Estado transmitiram ao Exmo. Sr. Presidente da República, em defesa das Zonas de Processamento de Exportação, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.452, de 29-7-88:

1988

Exmo. Sr. Dr. José Sarney DD. Presidente da República

O Nordeste recebeu com justificado Júbilo a criação, por ato legítimo de Vossa Excelência, das Zonas de Processamento de Exportação, reconhecendo-as, pela experiência de outros países que, através delas, superaram entraves ao seu crescimento, como um eficiente instrumento de apoio a promoção do desenvolvimento equilibrado da Nação.

Não nos surpreendem, exatamente por isto, as agastadas reações que se vêm fazendo públicas contra a iniciativa presidencial e que se manifestam por pronunciamentos de contumazes adversários de políticas que visem integrar as regiões pobres ao processo evolutivo da economia nacional.

Impõe-se, portanto, contraditar essas vezes quando elas, através de sofismas aparentemente hábeis, mas na realidade bisonhos, condenam a utilização do decreto-lei para a institucionalização das ZPEs, porquanto tais adversários do desenvolvimento integrado da Nação sempre silenciaram diante do emprego, pelo Chefe do Poder Executivo, da competência que lhe confere a Constituição para legislar sobre matérias específicas, enquanto esses editos não lhes feriram interesses ou a estes atenderam, caso recente do decreto-lei que estabeleceu a nova política industrial, sem dúvida alguma assunto de muito maior amplitude e repercussão econômica do que as ZPEs.

Pouquíssimas matérias de cunho legislativo, aliás, terão tido um processo de elaboração tão longo, tão aberto a discussões, tão receptivo aos antagonismos de concepções, envolvendo setores do Governo, da sociedade e do próprio Congresso Nacional, como o decreto-lei das ZPEs.

Repelindo, assim, as falaciosas investidas que se renovam contra as Zonas de Processamento de Exportação e o decreto-lei que as criou, os empresários cearenses, pelas entidades subscritoras, sabem contarão com

a decisão e a firmeza de Vossa Excelência para sua sustentação, inclusive como instrumento primeiro de realização do objetivo fundamental que a nova Constituição que se elabora imprime ao Estado brasileiro, qual seja o de reduzir as desigualdades entre as pessoas e as regiões.

Receba Vossa Excelência os nossos aplausos e os nossos votos de felicidade pessoal. Respeitosamente,

Associação Comercial do Ceará
Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Federação das Associações de Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará

Centro Industrial do Ceará

Bolsa de Valores Regional

Federação da Agricultura do Estado do Ceará

Federação do Comércio do Estado do Ceará

Federação do Comércio Atacadista do Estado do Ceará

Federação dos Diretores Lojistas do Ceará

Clube de Diretores Lojistas de Fortaleza

Associação de Bancos do Estado do Ceará

Associação das Indústrias de Confecções do Ceará

Associação das Indústrias de Redes do Ceará

Centro dos Exportadores do Ceará

Associação dos Reflorestadores do Ceará

Associação Cearense de Avicultura

União das Classes Produtoras do Ceará

Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção do Ceará

Associação Lojista Feminina

Associação dos Fabricantes de Móveis do Ceará

Associação de Micro, Pequena e Média Empresa do Ceará

Associação dos Empresários da Construção Pesada do Ceará

União Democrática Ruralista — UDR

Associação dos Joalheiros, Óticas e Cinefoto do Ceará

Federação das Empresas de Transportes Rodoviários Norte/Nordeste

Sindicato das Indústrias de Açúcar, Doces e Conservas Alimentícias do Ceará

Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em geral do Ceará

Sindicato dos Lojistas do Comércio de Fortaleza

Sindicato das Indústrias de Calçados de Fortaleza"

Por sua vez, a Federação das Indústrias do Ceará, presidida pelo Dr. Luis Esteves Neto, também se manifestou, expressa e incisivamente, favorável às ZPEs, fazendo-o em mensagem dirigida ao Dr. José Sarney, cujo teor é o seguinte:

Ilmo Sr.

Senador Carlos Mauro Cabral Benevides

Senado Federal

Brasília

Telex Circular NR. 421/88 — GP

Em anexo ao nosso telex NR. 420/88 —

GP, transcrevemos abaixo o texto que encaminhamos ao Presidente da República.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará, reconhecendo a grande importância que representará para as regiões Norte e Nordeste a implantação das Zonas de Processamento de Exportação, manifesta o justo aplauso à iniciativa tomada por Vossa Excelência ao mesmo tempo em que registra seu apoio às medidas subsequentes necessárias ao seu desenvolvimento. Os ataques aos projetos das ZPEs irradiados de forma veemente e profundamente injusta aos interesses da nossa região, longe de nos surpreenderem servem apenas para ratificar o nosso entendimento de como certos estão Vossa Excelência e o seu Ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castello Branco, quando pedimos vênua, para também lhe prestar nossa homenagem.

Os empresários da Indústria do Ceará recolhem da definição pelas ZPEs nesta região um valioso e significativo passo em busca do mais rápido e adequado processo de industrialização e de conseqüentes reflexos nas esferas sócio-econômicas.

Como nordestino e conhecedor bastante da problemática com que convivem os que habitam as regiões Norte e Nordeste permitiu a Vossa Excelência uma decisão emanada de uma análise consciente e de resultados esperados profícuos e de incontestável repercussão na economia como um todo.

Diante de todas as colocações emocionadas que se derivam da insatisfação pela autorização de Vossa Excelência em favor das ZPEs através do instrumento do decreto igualmente usado para definir a nova política industrial brasileira e que da mesma forma mereceu nosso reconhecimento, há a certeza da sua representatividade para os rumos que se emprestam a política de ação de seu governo.

Atenciosamente,

Luis Esteves Neto

Presidente FIEC

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a mim, igualmente, surpreenderam as manifestações contrárias às ZPEs, aludidas nos textos acima transcritos.

No caso, por exemplo, da nova política industrial, a sistemática adotada — também o decreto-lei — mereceu reiterados aplausos de muitos daqueles que, hoje, se posicionam contra a medida, sob o pretexto de que a sua adoção não ocorreu através de mensagem dirigida ao Congresso Nacional.

Estou convicto de que a tentativa de frustrar as Zonas de Processamento de Exportação não haverá de lograr êxito, restringindo-se a gestos isolados e inconseqüentes.

O Nordeste espera que as ZPEs possam contribuir, decisivamente, para a correção das gritantes disparidades regionais existentes entre a nossa e as outras áreas geográficas do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 89, de 1988, de autoria da Comissão Diretora, que dispõe sobre horário e frequência no Senado Federal e dá outras providências.

Ao projeto foi oferecida uma emenda, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte Emenda

EMENDA Nº 1

(Substitutivo), de Plenário

Oferecida ao Projeto de Resolução nº 89, de 1988, que dispõe sobre horário e frequência no Senado Federal e dá outras providências.

Dê-se a seguinte redação ao projeto:

Art. 1º O art. 358 do Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a ter a seguinte redação:

"Art. 358. Os servidores do Senado Federal estão sujeitos à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, ressalvados os que, por força de lei, têm jornada de duração específica.

§ 1º Nos dias úteis a jornada de trabalho terá duração de oito horas, divididas em dois turnos, o primeiro das 8:30 às 12:00 horas e o segundo das 14:00 às 18:30 horas.

§ 2º Não são considerados dias úteis os sábados, domingos, feriados, e outros dias em que não haja expediente.

§ 3º Para os servidores que têm duração de jornada de trabalho específica, em virtude de lei, o horário será estabelecido pelo diretor respectivo.

§ 4º Para o serviço de Gabinetes, o horário será estabelecido pelos respectivos titulares, obedecida a carga horária diária a que está sujeito cada servidor, por força de lei.

§ 5º Para os órgãos cujo funcionamento é ininterrupto, o horário será estabelecido pelo diretor respectivo, obedecida a carga horária prevista em lei.

§ 6º O horário estabelecido em decorrência do disposto nos parágrafos anteriores será registrado diariamente, admitindo-se o registro da entrada até 60 (sessenta) minutos após o início do expediente em cada turno, relativamente à jornada de trabalho diária estabelecida no § 1º deste artigo.

§ 7º Na hipótese de entrada após 60 minutos do início do expediente, o atraso, para que não enseje as sanções regulamentares, deverá ser comunicado, justificadamente, em sua natureza e finalidade, ao Diretor-Geral."

Art. 2º O art. 359 do Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a ter a seguinte redação:

"Art. 359. A frequência dos servidores do Senado Federal será registrada, diariamente, por meio de equipamento aprovado e em locais determinados pelo Primeiro-Secretário.

Parágrafo único. Estão isentos do ponto o Diretor-Geral, o Secretário-Geral da Mesa, o Consultor-Geral, o Auditor, os Diretores da Assessoria, de Secretaria, de Subsecretaria, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, o motorista que serve diretamente o Senador e, ainda, os servidores contratados na forma da Resolução nº 130, de 1980, e do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1978."

Art. 3º O Prodasen enviará mensalmente à Subsecretaria de Administração de Pessoal o Registro do Ponto que indicará quanto a cada servidor:

I — faltas no período;

II — entradas depois da hora regulamentar e saídas antecipadas, com o registro do tempo de atraso e de antecipação da saída.

Art. 4º Ficam revogados os parágrafos 1º 2º e 3º do art. 361 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 5º Os titulares de unidades administrativas da Casa são responsáveis pelo cumprimento rigoroso das normas desta Resolução em área sob sua jurisdição, respondendo administrativa, civil e penalmente pela prestação de informações falsas.

Art. 6º O item III do artigo 399 do Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a ter a seguinte redação:

"Art. 399.

III — um terço do vencimento diário, quando, injustificadamente, comparecer ao serviço após a hora seguinte à marcada para o início do expediente, ou quando se retirar antes de finda a jornada de trabalho."

Art. 7º Será considerada falta grave, punível com pena de suspensão até 90 dias, o registro do ponto para outrem, ensejando a reincidência em pena de demissão.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A emenda (substitutiva) que oferedecemos ao Projeto de Resolução do Senado nº 56/88 restabelece seu texto original, apresentado pelo Primeiro-Secretário à Comissão Diretora.

Levamo-la ao conhecimento dos Senhores Senadores, para que, confrontando as duas proposições, tenham a oportunidade de analisar, discutir e deliberar sobre a melhor proposta.

O objetivo básico do Projeto de Resolução é o de implantar um procedimento exequível e eficiente para a aferição da frequência dos servidores do Senado Federal.

O livro do ponto, estabelecido pelo Regulamento Administrativo, não cumpre sua finalidade, há muito. A falta de exatidão da informação que nele esteja registrada, aliada ao grande poder administrativo discricionário que o sistema enseja, torna-o obsoleto e ineficaz. Em outras palavras, o livro do ponto, está provado, não comprova a presença de ninguém.

Hoje, no entanto, com a tecnologia existente, com os recursos da informática, já é possível, via computador, instalar-se um sistema, relativamente simples e barato, de registro de ponto, com alto nível de confiabilidade e precisão, evitando acobertamentos indevidos de ausência e anulando o poder discricionário que pode haver entre chefe e subordinado, tendo em vista a automatidade obtida.

O maior mérito desse controle é que somente ele tem condições de proporcionar as informações necessárias para que a Administração da Casa possa punir, exemplarmente e com rigor, o servidor faltoso, que terá descontado de seu

vencimento o equivalente à amplitude de suas faltas, além de tê-las públicas. Em contrapartida, será premiado o servidor assíduo, que terá reconhecidos seus zelo, assiduidade e senso de responsabilidade. Aliás, para estes servidores, conscientes de sua responsabilidade, das funções institucional e social do Senado e do seu papel como peça indispensável na máquina administrativa da Casa, o registro do ponto não representará nada mais do que mera formalidade, de fácil e simples execução, atestadora de sua permanente presença e dedicação ao trabalho.

Nossa emenda (que era proposta original) difere, essencialmente, em 4 pontos do projeto apresentado pela Comissão Diretora:

1) A proposta da Comissão Diretora, em seu art. 2º, isenta de ponto os servidores lotados nos Gabinetes da Comissão Diretora, dos Líderes e dos Senhores Senadores, ao dar nova redação ao § 1º do art. 359 do Regulamento Administrativo.

Nossa proposição não contém essa isenção, pois seu principal objetivo é justamente regularizar a frequência dos servidores lotados nessas unidades administrativas.

A isenção de ponto para todos os servidores lotados nesses Gabinetes irá gerar uma divisão entre eles e os demais servidores do Senado, causar desmotivação e incentivar a procura pela lotação em Gabinete (já grande em razão do maior número de funções gratificantes lá existentes).

Julgamos que a isenção de ponto só é cabível para servidores que ocupem determinados cargos de direção, que já os obrigam a estarem presentes em horário muito além daquele normal de trabalho, bom como para o Secretário Parlamentar, o Assessor Técnico — servidores de natureza peculiar, regidos por legislação específica, que são de absoluta confiança pessoal do Senador e admissíveis quando da perda do mandato do titular —, além do Motorista que sirva diretamente ao Senador.

São as únicas exceções ao princípio geral da comprovação da frequência.

Entretanto, quanto aos Gabinetes, há que se levar em conta que, em face da natureza dos trabalhos de apoio ao Senador, dinâmica e, não raras vezes, imprevisível, o horário deve ser flexível. Assim, os servidores dos Gabinetes registrarão sua presença, sob autorização do titular, diariamente, em cumprimento rigoroso à jornada de trabalho, em horário que deverá ser estabelecido segundo as conveniências daquela unidade administrativa.

2) Com vistas a permitir uma apuração exata da frequência dos servidores, nossa proposição estabelece que o PRODASEN será responsável pelo registro da presença e comunicação à Subsecretaria de Administração de Pessoal das faltas no período e das entradas e saídas efetuadas fora do horário regulamentar (art. 3º).

O projeto da Comissão Diretora não especifica essa atribuição.

3) Nossa proposição define com maior precisão a responsabilidade dos titulares de unidade administrativa da Casa pelo cumprimento rigoroso das normas da resolução nas áreas sob sua jurisdição (art. 5º).

O projeto da Comissão Diretora trata dessa questão em seu art. 4º mas é menos incisivo.

4) O projeto da Comissão Diretora não estabelece flexibilidade no horário de entrada, prevalecendo o que já dispõe o Regulamento Administrativo.

Nossa proposição aborda a questão de forma diversa.

Para que o ponto não se torne uma crmisa de força para o servidor, gerando insatisfações, foi instituída uma ampla flexibilidade em relação ao horário de seu registro. O servidor poderá registrar sua presença até uma hora após o início do expediente de cada turno, no caso dos servidores obrigados aos dois turnos estabelecidos, sem que isto enseje qualquer tipo de sanção, proporcionando ao servidor uma mobilidade pessoal desejável sem trazer prejuízos administrativos. É evidente que o servidor deverá, obrigatoriamente, cumprir a jornada de trabalho diária, devendo, portanto, compensar um eventual atraso ocorrido quando da entrada, permitido pelo projeto, com a permanência no trabalho por tempo igual ao do retardamento.

Fica estabelecido, então, em decorrência do disposto em lei, que os servidores do Senado estão sujeitos a 40 horas semanais de trabalho, durante os dias úteis, que devem ser rigorosamente cumpridas. São considerados dias úteis todos os que não forem sábados, domingos, feriados e outros em que não haja expediente, por determinação do Plenário.

O dia de trabalho é de 8 (oito) horas, divididas em dois turnos, o primeiro de 8:30 às 12:00 horas, e o segundo de 14:00 às 18:30 horas, horário que julgamos o mais adequado aos trabalhos normais, segundo a praxe adotada presentemente.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1988.

Juathy Magalhães — Luiz Viana — Ruy Bacelar — Mário Maia — Nabor Júnior — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — La Voisier Maia — Raimundo Lira — Mansueto de Lavor — Teotônio Vilela Filho — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Affonso Camargo — Dirceu Carneiro — Nelson Carneiro — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — De acordo com o disposto no Regimento Interno, a matéria será despachada à Comissão de Constituição e Justiça, para exame do projeto e da emenda, e à Comissão Diretora, para exame da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 90, de 1988, de autoria do Senador Affonso Camargo, que acrescenta o item II ao art. 97 da Resolução 93, de 1970, renumerando-se os demais.

Ao projeto não foram oferecidas emendas. De acordo com o disposto no Regimento Interno, a matéria será despachada às Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Na-dá mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando uma extraordinária, a realizar-se amanhã às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1987 (nº 214/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos de Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, tendo PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1988 (nº 8.169/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a estrutura das categorias funcionais do Grupo Atividades de Apoio Judiciário dos Serviços Auxiliares da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências, tendo PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1988 (nº 549/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares — FCP, e dá outras providências, tendo PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1988 (nº 8.387/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria a 16ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências, tendo PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1988 (nº 381/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências, tendo PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1988 (nº 7.183/86, na Casa de origem), que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cria cargos e dá outras providências, tendo PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

7

Votação, em turno único, do Parecer nº 2, de 1988, apresentado pela Comissão Especial, concluindo que não deve ser objeto de deliberação a Denúncia s/nº de 1988, do Senhor Deputado

Gerson Peres, contra o Doutor José Paulo Sepúlveda Pertence, Procurador-Geral da República.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 1988, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, ao Ministério das Comunicações, informações sobre o critério adotado pelo atual Governo para a concessão de canais de rádio e de televisão através daquele Ministério.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 37, de 1988, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos regimentais, ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações a respeito da Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC, a fim de instruir o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 1982.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 54, de 1988, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia, através do Gabinete Civil da Presidência da República, a respeito dos contratos firmados entre a Petrobrás e a Texaco Brasil S.A.

11

Votação, em turno único, do Requerimento nº 96, de 1988, de autoria do Senador Mendes Canale, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro do Interior, através do Gabinete Civil da Presidência da República, a respeito do andamento do "Projeto do Pantanal", que vem sendo implantado pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, com recursos do Banco Mundial, através de contrato lavrado com o Governo Brasileiro.

12

Votação, em turno único, do Requerimento nº 102, de 1988, de autoria do Senador Mendes Canale, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro da Fazenda, através do Gabinete Civil da Presidência da República, para instruir as Mensagens nºs 124 e 125, de 1988, do Senhor Presidente da República.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 98, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Doutor Mailson Ferreira da Nóbrega, para, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 22, de 1988, prestar esclarecimento a respeito de assuntos pertinentes à sua pasta.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 112, de 1988, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Doutor José Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, para, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 22, de 1988, prestar esclarecimento a respeito de assuntos de interesse daquela Comissão.

15

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1988 (nº 478/88, na Casa de origem), que altera a alínea "a" do § 2º do art. 18 do Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984, incluindo a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) entre as enfermidades que dão direito à concessão de benefícios a segurados, independentemente do cumprimento do período da carência de 12 (doze) meses de contribuição, após filiação à Previdência Social Urbana (dependendo de parecer).

16

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1988, de autoria do Senador Roman Tito e outros Senhores Senadores, que altera o art. 64 do Regimento do Senado Federal. (Dependendo da votação do Requerimento nº 113, de 1988, de adiamento da discussão.)

17

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 17, de 1985, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre o uso da palavra, e dá outras providências, tendo PARECERES, sob n.ºs 552 e 553, de 1986, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e das Emendas apresentadas nos termos do § 1º do art. 442 do Regimento Interno, com exceção do item II da Emenda nº 4, que considera prejudicado;

— **Diretora**, favorável ao Projeto e às Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 10 minutos)

ATO DO PRESIDENTE Nº 111, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.942/88-2,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, Loureival Francisco Lopes, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, ocupante do cargo em comissão de Assessor Legislativo, Código SF-DAS-102.3, nos termos dos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 414, § 4º, e 416 e 438 da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 388, de 1983; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 2º, § 2º, da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, alterada pelo Decreto-Lei nº 2.270, de 1985, aplicada no Senado Federal pela Resolução SF nº 21, de 1980, e modificada pelas Resoluções SF nº 7 e 15, de 1987, com proventos integrais, correspondentes ao vencimento do cargo efetivo, observado o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 9 de agosto de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

MESA

Presidente

Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente

Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário

Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário

João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário

Aluizio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rollemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder

Rachid Saldanha Derzi

Vice-Líderes

João Menezes
Leopoldo Peres
Edison Lobão
João Calmon
Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Ronan Tito

Vice-Líderes

Leopoldo Peres
João Calmon
José Fogaça
Mauro Benevides
Raimundo Lira
Severo Gomes
Nelson Wedekin
Ronaldo Aragão
Cid Sabóia de Carvalho

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marcondes Gadelha

Vice-Líderes

Edison Lobão
Odacir Soares
Divaldo Suruagy
João Lobo

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Jarbas Passarinho

Vice-Líder

Roberto Campos

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

Vice-Líder

Mário Maia

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB

Líder

Ney Maranhão

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Afonso Camargo

Vice-Líderes

Carlos Alberto
Carlos De'Carli

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana

1º-Vice-Presidente: Vago

2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Suruagy
Édison Lobão

PDS

Jaques Passarinho
Lavoisier Maia

PL

Itamar Franco

PSB

Jamil Haddad

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal: 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho

Vice-Presidente: Édison Lobão

PMDB

Titulares

Porto de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiva
Chagas Rodrigues

Suplentes

Roman Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Édison Lobão

João Menezes

PDT

Maurício Corrêa

PDS

Lavoisier Maia

PDC

Mauro Borges

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4065

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos

1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiva

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Vago

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE — (CFC)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Chiarelli

Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Almir Gabriel
José Paulo Bisol
Mendes Canale
Nelson Wedekin
Ruy Bacelar
Roman Tito
Mauro Benevides
Leite Chaves
Wilson Martins
João Calmon

Suplentes

Márcio Lacerda
Severo Gomes
Iram Saraiva
Albano Franco
Luiz Viana
Nabor Júnior

PFL

Afonso Arinos
José Agripino
Guilherme Palmeira
Carlos Chiarelli

Odacir Soares
Divaldo Suruagy

PEQUENOS PARTIDOS

Roberto Campos
Virgílio Távora
Carlos Alberto

Mário Maia
Afonso Camargo

Assistente: Goizacaz Brasônio P. de Albuquerque — Ramal: 4026

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4344

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$ 2.600,00
Exemplar avulso	Cz\$ 16,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$ 2.600,00
Exemplar avulso	Cz\$ 16,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF; conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 16,00